

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA

Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Departamento de Saúde Animal - DSA

Coordenação Geral de Aperfeiçoamento dos Serviços Veterinários - CGASV

Coordenação de Avaliação dos Serviços Veterinários Oficiais – CASV

Ferramenta de Avaliação da Qualidade dos Serviços Veterinários

Programa de Avaliação da Qualidade e Aperfeiçoamento dos Serviços Veterinários - Quali-SV

Brasília, versão abril de 2023

Sumário

1.1. Recursos humanos	4
1.1.1. Quantitativo, jornada e distribuição	4
1.1.2. Estabilidade das estruturas e sustentabilidade das políticas sanitárias	5
1.1.3. Capacitação técnica e educação continuada	6
1.1.4. Competência e independência técnica	7
1.2. Recursos físicos	8
1.2.1. Instalações	8
1.2.2. Equipamentos e acesso à comunicação	9
1.2.3. Transportes	10
1.3. Recursos Financeiros	11
Recursos para custeio e investimento (fontes de verificação gerais)	11
1.3.1. Recursos para investimentos	12
1.3.2. Recursos para custeio	13
1.3.3. Fundos de emergência em saúde animal	14
2.1. Estrutura Organizacional	15
2.1.1. Estrutura organizacional e capacidade de coordenação interna	15
2.2. Autoridade e gestão da qualidade	16
2.2.1. Base legal, regulamentação, aplicação da legislação, manuais e POPs	16
2.2.2. Organização dos processos e unidades	17
2.2.3. Supervisão e controle interno	18
2.3. Capacidade técnica e operacional	19
2.3.1. Sistema Informatizado para cadastro, movimentação e demais controles	19
2.3.2. Controle de cadastro de estabelecimentos agropecuários, produtores e animais	20
2.3.3. Controle da movimentação de animais (terrestres e aquáticos) e produtos de origem animal, identificação e rastreabilidade	21
2.3.4. Fiscalização do trânsito e controle de divisas e fronteiras	22
2.3.5. Controle de eventos e aglomerações	23
2.3.6. Produtos de uso veterinário	24
2.3.7. Planejamento e direcionamento da vigilância veterinária	25
2.3.8. Capacidade para detecção precoce e rápido atendimento a suspeitas de doenças de notificação imediata	26
2.3.9. Capacidade para atuação em emergências zoossanitárias	27
2.3.10. Diagnóstico laboratorial e envio de amostras	29
2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	30
2.4.1. Sistema de Informação em Zoossanitária e Epidemiologia (estrutura, organização e funcionamento)	30

2.4.2. PNCEBT	32
2.4.3. PNCRH	34
2.4.4. PNEEB	35
2.4.5. PNEFA	36
2.4.6. PNSA	37
2.4.7. PNSCO	39
2.4.8. PNSE	40
2.4.9. PNSS	41
2.4.9. PNSS	42
2.4.10. PNCMB	43
2.4.11. Aquicultura com Sanidade	44
2.4.12. PNSAb	45
3.1. Interação com a comunidade	46
3.1.1. Educação em saúde animal e comunicação social	46
3.1.2. Participação da comunidade e consulta às partes interessadas	47
3.2. Interação com os médicos veterinários	48
3.2.1. Habilitação e cadastramento dos médicos veterinários	48
3.3. Interação com instituições	49
3.3.1. Sistema de inspeção (seguridade alimentar)	49
3.3.2. Sistema Único de Saúde (zoonoses, vigilância sanitária)	50
4. Certificação sanitária	51
4.1. Capacidade de certificação	51

1.1. Recursos humanos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 O SV não dispõe de quantitativo e distribuição adequada de pessoal para o atendimento às demandas do serviço.</p>	<p>1. Quantos médicos veterinários, apoio técnico e administrativo existem?</p>
<p>1.1.1. Quantitativo, jornada e distribuição</p>	<p>2 O SV não dispõe do quantitativo ou da distribuição adequada de pessoal para atendimento às demandas do serviço.</p>	<p>2. Como é a distribuição dos servidores nas UC, URs, UVLs, EACs, PF? Verificar se a distribuição dos servidores está adequada às demandas. O quadro de servidores atende as necessidades da instituição, segundo a percepção na UC?</p>
<p>Quadro adequado de pessoal do SV de modo a permitir que as funções técnicas e administrativas em geral sejam desempenhadas efetiva e eficientemente</p>	<p>3 O SV tem o quantitativo, distribuição e jornada de trabalho para atendimento às demandas do serviço, porém com deficiências em alguns destes requisitos.</p>	<p>3. Qual a jornada de trabalho na sede e unidades descentralizadas (UVLs, EACs e Postos fixos)? Verificar se é compatível com a demanda de serviço/atividades e atendimento ao público tanto na UC quanto UVLs e postos fixos?</p>
	<p>4 O SV tem o quantitativo, distribuição e jornada de trabalho adequadas de pessoal, compatíveis com as demandas do serviço.</p>	<p>4. Trabalham exclusivamente no órgão de defesa sanitária animal? 5. Trabalham exclusivamente em saúde animal? 6. Houve concurso e há previsão para realização visando atender a demanda do SV?</p>
	<p>5 O SV tem o quantitativo, distribuição e jornadas adequadas de pessoal, compatíveis com as demandas do serviço e possui política de reposição e distribuição e aplica critérios para as remoções.</p>	<p>7. Possui política de reposição e localização dos servidores e aplica critérios para as remoções? 8. O quadro de servidores atende as necessidades da instituição? (Obs: Os auditores devem ir coletando informações ao longo da auditoria, para chegar a uma conclusão final-atendimento das demandas de pessoal).</p> <p>Considerar o contexto e os desafios do SV na UF</p> <p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</p>

1.1. Recursos humanos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 O quadro de pessoal e/ou gestão do SV sofre mudanças substanciais com frequência (ex. anualmente), resultando em ausência de sustentabilidade das políticas do setor. O quadro funcional tem baixa participação de pessoal efetivo em todos os níveis hierárquicos. O nível de rotatividade do quadro de servidores é alto.</p>	
<p>1.1.2. Estabilidade das estruturas e sustentabilidade das políticas sanitárias</p>	<p>2 O quadro de pessoal e/ou gestão do SV sofre mudanças substanciais, sujeito a interferências políticas, com efeitos negativos na sustentabilidade das políticas do setor. O quadro funcional tem predominância de pessoal efetivo em todos os níveis hierárquicos. As condições oferecidas aos servidores são razoáveis, porém não garantem a estabilidade e ainda há significativa rotatividade do quadro de servidores.</p>	<p>1. Qual o vínculo predominante do pessoal da defesa sanitária animal (com vínculo efetivo, ou temporários, ou que não são da entidade)?</p> <p>2. Ocorre muita rotatividade nos cargos de gestão técnica e administrativa (tempo médio de permanência nas funções)?</p> <p>3. Qual a perspectiva de sustentabilidade do quadro de servidores? (porcentagem de MVs, Aux. Técnicos e administrativos que possuem tempo para aposentadoria nos próximos 5 anos)?</p>
<p>Capacidade da estrutura e/ou liderança do SV para implementar e sustentar políticas de atuação ao longo do tempo</p>	<p>3 O quadro de pessoal e/ou gestão do SV dificilmente passa por mudanças substanciais, mas essa estabilidade não tem impacto positivo na sustentabilidade das políticas do setor e está sujeito a interferências políticas. O quadro funcional tem predominância de pessoal efetivo em todos os níveis hierárquicos. As condições oferecidas aos servidores garantem a estabilidade e há pouca rotatividade do quadro de pessoal.</p>	<p>4. São oferecidos incentivos aos servidores pela instituição (remuneração, plano de carreira, benefícios, gratificações por produtividade, outros)?</p>
	<p>4 As mudanças no quadro de pessoal e/ou na gestão do SV ocorrem de forma fundamentada e independente de mudanças políticas, com pouco ou nenhum efeito na sustentabilidade das políticas do setor. O quadro funcional tem alta predominância de pessoal efetivo em todos os níveis hierárquicos. As condições oferecidas aos servidores são compatíveis, garantem a estabilidade e diminui a rotatividade do quadro de servidores.</p>	<p>5. Há algum processo de avaliação do desempenho para subsidiar alterações nos cargos de gestão (ex: indicadores, avaliação por chefias, avaliação de conhecimentos, supervisões ou outros)?</p>
	<p>5 O quadro de pessoal e/ou a gestão do SV geralmente permanece (m) estável (is). Modificações são baseadas em um processo de avaliação, com efeito positivo na sustentabilidade das políticas do setor. O quadro funcional tem alta predominância de pessoal efetivo em todos os níveis hierárquicos. As condições oferecidas aos servidores são atrativas, garantem a estabilidade e atraí os servidores.</p>	<p>6. Há evidências de descontinuidades ou alterações negativas no desenvolvimento de atividades do órgão causadas por mudanças na gestão/coordenação sem critérios adequados?</p>

1.1. Recursos humanos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 Os servidores (veterinários, técnicos e administrativos) não têm acesso a cursos de capacitação na sua área de atuação.</p>	<p>1. Existe um programa organizado de capacitação técnica do pessoal para exercício das funções, organizado, atendendo aos programas de interesse econômico do estado (elaborado considerando as prioridades e deficiências do SV, de acordo com as capacidades operacional e financeira, com plano anual, metas e acompanhamento de execução e desempenho)?</p>
<p>1.1.3. Capacitação técnica e educação continuada</p>	<p>2 Os servidores (veterinários, técnicos e administrativos) têm acesso a cursos de capacitação esporádicos e/ou não relacionados com sua área de atuação, sem critérios definidos para participação, não atendendo às carências de capacitação, para atendimento das demandas do órgão.</p>	<p>2. O programa é atualizado em consonância com as necessidades do órgão? O programa abrange temas de perspectivas futuras ?</p>
<p>Capacidade do SV de manter e melhorar as competências de seu quadro de pessoal - implementação de um programa relevante de treinamento regular nos diversos temas de interesse</p>	<p>3 Os servidores (veterinários, técnicos e administrativos) têm acesso a cursos de capacitação esporádicos e/ou não relacionados a sua área de atuação, sem critérios definidos para participação, atendendo parte dos programas sanitários de interesse econômico do estado.</p>	<p>3. Após contratação ou mudança de função, há programa de treinamento específico para início das funções?</p> <p>4. Há procedimentos para gestão da educação continuada em consonância com as atribuições do órgão (por ex., avaliação das necessidades, seleção de participantes)?</p>
	<p>4 Os servidores (veterinários, técnicos e administrativos) têm acesso a cursos de capacitação relacionados às suas áreas de atuação, com critérios definidos para participação, dentro de um programa de capacitação organizado atendendo a todos os programas sanitários de interesse econômico do estado.</p>	<p>5. Qual critério de seleção dos participantes das capacitações técnicas?</p> <p>6. Há evidência de avaliação de desempenho, retroalimentação e atualização de planos de formação para as áreas técnicas e administrativas?</p>
	<p>5 Os SV têm programa atualizado de capacitação de curta e longa duração, com critérios definidos para participação, planejado para atender as demandas atuais e futuras do órgão, implementado para área técnica e administrativa e é objeto de avaliação regular da sua efetividade.</p>	<p>7. Quais as capacitações relacionadas à defesa sanitária e outras funções finalísticas (adm, TI, etc)? Verificar: Lista de programas de formação; conteúdo dos cursos; listas de participantes; avaliações dos programas de formação?</p> <p>7.1 - Houve treinamento do e-SISBRAVET para capacitação dos MV das UVLs? Qual o % de MV capacitados no SV?</p>

1.1. Recursos humanos	Níveis de avanço		Fontes de verificação
1.1.4. Competência e independência técnica	1	As decisões e ações tomadas pelo SV não são fundamentadas em bases científicas e legais.	1. Há evidências ou histórico de interferências negativas sobre o desempenho das atividades de servidores? suspender ou omitir infrações; autorizar evento em condição irregular; adotar atitude contrária ao previsto em legislação; entrada de animais em recintos com aglomerações sem exames, desinterdição de propriedades com descumprimento da legislação, dentre outros.
Capacidade do SV para desempenhar suas atribuições técnicas eficientemente - medida pela qualificação de seu quadro - com autonomia e livre de influências comerciais, financeiras, hierárquicas e políticas que possam afetar as decisões técnicas de uma forma que contrarie as disposições da OIE (e do Acordo SPS da OMC, quando pertinente)	2	As decisões e ações tomadas pelo SV geralmente são fundamentadas nas normas estabelecidas, porém sofrem frequentes interferências de fatores alheios à base técnica.	2. Houve algum processo de elaboração ou revogação de atos normativos nos últimos anos que sofreu interferências políticas ou externas negativas?
	3	As decisões e ações tomadas pelo SV são fundamentadas nas normas estabelecidas, porém sofrem interferências de fatores alheios à base técnica de forma eventual.	3. Evidências de trabalho executado pelos servidores fora da esfera do órgão, com caracterização de conflito de interesse? 4. Evidências de que a cessão de imóveis, veículos ou contribuições financeiras externas afetam a independência técnica do SV ou representam conflito de interesse?
	4	O SV desempenha suas atribuições com autonomia e livre de influências comerciais, financeiras, hierárquicas e políticas que possam afetar as decisões técnicas de uma forma que contrarie os princípios técnicos e legais. O SV dispõe de arcabouço de procedimentos e normas baseando-se em conhecimentos técnicos.	5. Evidências que o SV revisa seu arcabouço de procedimentos e normas baseando-se em conhecimentos científicos e dados atuais, com apoio de profissionais com expertise adequada. 6. Os gestores interferem de forma negativa em ações técnicas dos MVs e auxiliares?
	5	O SV desempenha suas atribuições com autonomia e livre de influências comerciais, financeiras, hierárquicas e políticas que possam afetar as decisões técnicas de uma forma que contrarie os princípios técnicos e legais. O SV dispõe e revisa periodicamente seu arcabouço de procedimentos e normas contando com apoio de experts e com base nos conhecimentos científicos e dados atuais.	7. Os ocupantes de cargos de comando nos diversos níveis (gestores técnicos e administrativos) atendem às condições necessárias para a função (formação profissional e independência, sem conflitos de interesses)? (Ex.: gerências, direção e coordenação na UC, chefias regionais e locais) Conclusão: existência ou não de conflitos de interesses ou tentativas de interferência política ou administrativa afetando a independência e autoridade do SV.

1.2. Recursos físicos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 A disponibilidade de unidades não atende às necessidades de execução de atividades e operações. As instalações físicas e mobiliário da maioria das unidades não oferecem condições de trabalho aos servidores em termos de espaço, conforto e conservação, apresentação externa, localização ou condições favoráveis para o atendimento ao público.</p>	<p>1. O quantitativo e a distribuição de unidades (capilaridade) é suficiente para atender as necessidades da saúde animal?</p>
<p>1.2.1. Instalações</p>	<p>2 A disponibilidade de unidades não atende às necessidades de execução de atividades e operações. As instalações físicas e mobiliário das unidades oferecem condições regulares de trabalho aos servidores, no entanto a maioria necessita de melhorias em termos de espaço, conforto, conservação, limpeza, localização ou condições favoráveis para o atendimento ao público. Não existe programação para manutenção das instalações.</p>	<p>2. O número de unidades vem aumentando ou reduzindo, nos últimos 3 anos? Se sim, houve impacto na capilaridade?</p> <p>3. Condição das instalações (UC; URs; UVLs; PFs) quanto a: espaço; distribuição; conservação; localização; acessibilidade; identificação externa.</p>
<p>Disponibilidade de instalações adequadas para seu pleno funcionamento e execução de atividades e operações</p>	<p>3 A disponibilidade de unidades atende com alguma deficiência às necessidades de execução de atividades e operações. As instalações físicas e mobiliário oferecem boas condições de trabalho aos servidores e atendimento ao público, mas não é o caso para todas as unidades (UC, UVLs, EACs e PF). A manutenção das instalações ocorre apenas eventualmente.</p>	<p>4. O mobiliário é adequado e suficiente?</p> <p>5. Há adequada manutenção das instalações (ar condicionado, parte elétrica, pintura, outros)</p>
	<p>4 A disponibilidade de unidades atende às necessidades de execução de atividades e operações. As instalações físicas e mobiliário da UC e da maioria das UVLs, EACs e postos oferecem boas condições de trabalho aos servidores em termos de espaço, conforto, conservação, apresentação externa, localização ou condições favoráveis para o atendimento ao público. A manutenção das instalações é feita regularmente.</p>	<p>6. As condições de trabalho e condições de atendimento ao público são adequadas?</p> <p>7. Existência de condições para guarda e limpeza de materiais que vieram do campo?</p> <p>8. Há plano para estruturação e adequação das unidades (ver e relatar no item "Rec financeiros")?</p>
	<p>5 A disponibilidade de unidades atende às necessidades de execução de atividades e operações. As instalações físicas e mobiliário de todas as unidades oferecem condições adequadas de trabalho aos servidores em termos de espaço, conforto, conservação, apresentação externa, localização e condições favoráveis para o atendimento ao público. Há plano de estruturação, adequação e manutenção nas instalações e recursos físicos das unidades do órgão.</p>	<p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV.</p>

1.2. Recursos físicos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 Não há sistema de comunicação e equipamentos adequados e em condições de uso em todas as unidades.</p>	<p>1. Qual a condição da comunicação nos níveis regional e local (internet, equipamentos: telefones, VOIPs, computadores, tablets, impressoras, impressoras portáteis, scanner, GPS, malotes, etc; insumos: cartuchos, papel, etc); distribuição, acesso, custeio, manutenção?</p> <p>2. Há limitações e/ou restrições de uso dos dispositivos para comunicação que comprometam as atividades técnicas?</p> <p>3. O SV dispõe de facilidade de uso de mecanismos de comunicação com o público externo e vice-versa?</p> <p>4. Há algum plano de atualização dos meios de comunicação frente a avanços tecnológicos?</p>
1.2.2. Equipamentos e acesso à comunicação	<p>2 Há sistema de comunicação e/ou equipamentos, porém não são adequados e estão em condições precárias de uso.</p>	
Disponibilidade de recursos relacionados a toda forma de comunicação, telecomunicações, informática, etc	<p>3 Há sistema de comunicação, equipamentos e insumos adequados na maioria das unidades (UC, UVL, EAC e PF), mas com restrições para o uso.</p>	
	<p>4 Há sistema de comunicação, equipamentos e insumos adequados e sem restrições de uso na maioria das unidades (UC, UVL, EAC e PF)</p>	
	<p>5 Há sistema de comunicação, equipamentos adequados e modernos, em condições de uso e com adequado abastecimento de insumos em todas as unidades (UC, UVL, EAC e PF). Dispõe de planos de atualização frente aos avanços tecnológicos e demandas.</p>	

1.2. Recursos físicos	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 Há grave deficiência na quantidade de veículos e/ou esses estão fora de condições de uso. Não há fornecimento regular de combustível. Não há registros do uso dos veículos vinculados às atividades técnicas.</p>	<p>1. Qual a disponibilidade de veículos, embarcações e combustíveis em cada um dos níveis?</p>
<p>1.2.3. Transportes</p>	<p>2 Os veículos não são adequados e/ou estão em quantidade incompatível com as demandas e/ou fora de condições de uso. Há restrição para fornecimento de combustível. Não há registros auditáveis do uso dos veículos vinculados às atividades técnicas.</p>	<p>2. Qual a qualidade do controle de uso de veículos e embarcações? Como são feitos os registros de uso dos veículos? Através dos registros é possível fazer a relação com documentos gerados nas ações técnicas? Existe sistema de rastreamento para monitoramento do uso? Ou formulário padrão para controle? São usados regularmente nas unidades?</p>
<p>Disponibilidade de recursos adequados relacionados a transportes, que permitam o livre deslocamento do seu pessoal para toda e qualquer atividade de trabalho</p>	<p>3 A quantidade de veículos é compatível com as demandas e a maioria está em condições de uso. Em geral, não há restrição para fornecimento de combustível. Há registros auditáveis mas incompletos do uso dos veículos vinculados às atividades técnicas.</p>	<p>3. Em alguma unidade há restrição de uso de veículos diferenciados por falta de habilitação adequada para conduzi-los (exemplo: Vans, embarcações, caminhões, aviões etc)?</p>
	<p>4 Permanente disponibilidade de veículos adequados, em quantidade compatível com as demandas e em boas condições de uso. Há fornecimento suficiente de combustível. Há registros auditáveis do uso dos veículos vinculados às atividades técnicas.</p>	<p>4. Qual a condição dos veículos nos níveis regional e local (ano de fabricação, estado de conservação)?</p> <p>5. Há manutenção corretiva dos veículos? E preventiva?</p>
	<p>5 Permanente disponibilidade de veículos adequados, em quantidade compatível com as demandas e em condições de uso. Há fornecimento suficiente de combustível. Há registros auditáveis do uso dos veículos vinculados às atividades com priorização das ações técnicas. Há plano de substituição da frota. Dispõe de sistemas de rastreamento para monitoramento do uso.</p>	<p>6. A manutenção é sistemática e ágil para recuperação em casos de estragos?</p> <p>7. Há plano de substituição da frota?</p> <p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</p>

1.3. Recursos Financeiros

Recursos para custeio e investimento (fontes de verificação gerais)

1. Quais são as principais fontes de recursos estaduais para investimentos e custeio? Há participação de recursos de fundos públicos e/ou privados para custeio e/ou investimento? **(Informações obtidas na pré-auditoria)**
2. Existe sistema de arrecadação própria? Quais formas? Qual a porcentagem do valor arrecadado que é destinado ao SVE? Garantem independência do SVE? Em caso negativo, atende as demandas em que proporção? Quais os valores gastos com custeio e investimento, por fonte (própria, convênio, fundo) nos últimos 3 anos? Qual a previsão de valor a ser gasto com custeio e investimento no ano de realização da auditoria e valores efetivamente gastos até 60 dias antes da auditoria? Solicitar os valores arrecadados e Programado x Liberado x Executado **(Informações obtidas na pré-auditoria)**
3. Há convênios estabelecidos com o MAPA e com outras entidades? Em caso positivo, qual o valor do convênio para custeio e para investimento? As etapas contempladas no convênio EM VIGOR estão relacionadas com recomendações da auditoria anterior ? **(pré-auditoria)**
4. Os convênios anteriores ou atuais estão em situação regular de execução e prestação de contas? **(Informação a ser fornecida pela SFA na pré-auditoria)** Se houver problemas, apurar a razão in loco.
5. O controle de contas permite quantificar a destinação de recursos gastos finalidade ou atividade de defesa animal? (Ex.: % do recurso gasto com vigilância, programa sanitário, atendimento a suspeita, ed. sanitária, etc).

1.3. Recursos Financeiros	Níveis de avanço		Fontes de verificação
	1	Não há comprovação de provisão de recursos para investimento. Não há capacidade para manter ou melhorar a infraestrutura operacional do SV.	1. Há evidências de elaboração de planos de investimentos para atender às prioridades do SVE e de sua execução?
1.3.1. Recursos para investimentos	2	O SV eventualmente desenvolve propostas e obtém recursos para manutenção e melhorias na infraestrutura operacional, mas isto ocorre geralmente por meio de outras fontes (convênios e/ou parcerias).	2. Os investimentos ocorreram de acordo com o planejado e estão sendo suficientes para atender às necessidades de investimento do SVE?
Capacidade do SV para investimentos básicos e adicionais (materiais e não materiais) que levem à manutenção adequada e melhoria progressiva de sua infraestrutura operacional	3	O SV regularmente garante recursos para manutenção e melhorias na infraestrutura operacional, por meio de recursos oriundos do orçamento próprio e de outras fontes, mas esses recursos são alocados com restrições (insuficiência e contingenciamento).	3. Dispõe de documentação e evidências de melhorias na infraestrutura e das operações decorrentes de investimentos (com recursos próprios ou outras fontes), incluindo a distribuição por localidade? Lista dos investimentos desenvolvidos e.g. durante os últimos três anos?
	4	O SV garante recursos para manutenção e melhorias na infraestrutura operacional, por meio de alocações oriundas do orçamento próprio, de outras fontes e eventualmente de partes interessadas (fundo privado) e esses recursos são alocados sem restrições que comprometam seu desempenho.	4. Houve participação de fundo privado em algum investimento? Como se dá a liberação deste recurso? Como são feitas as solicitações? A liberação é ágil?
	5	O SV sistematicamente assegura recursos adequados para a manutenção e melhorias necessárias na infraestrutura operacional, com a participação de recursos próprios, de outras fontes e também das partes interessadas. Executa um plano de arrecadação para investimento e aplicação dos recursos.	Considerar o contexto e os desafios relacionados ao SV Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV

1.3. Recursos Financeiros	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1</p> <p>A disponibilização de recursos para custeio do SV não é suficiente nem está claramente definida e depende de recursos alocados de forma irregular. Não há outras fontes que auxiliam no custeio das atividades</p>	<p>Verificar regularidade do custeio de: serviços de terceiros, materiais de consumo, energia, água, internet; verificar contratos existentes, planejamento operativo anual (pré-auditoria)</p> <p>1. Como se dá a solicitação e a liberação de recursos das diferentes fontes: próprio órgão, outros órgãos, fundos públicos ou privados?</p>
<p>1.3.2. Recursos para custeio</p>	<p>2</p> <p>A disponibilização de recursos para custeio próprios do SV e de outras fontes não é suficiente, mas está claramente definida e depende de recursos alocados de forma regular. Depende de recursos de outras fontes, que são liberados ocasionalmente.</p>	<p>2. A liberação de recursos de custeio ocorre com tempestividade e regularidade?</p> <p>3. O orçamento de custeio para os últimos 3 anos é favorável e compatível com as necessidades (tendências)?</p>
<p>Acesso do SV a recursos financeiros suficientes para suas atividades rotineiras e não rotineiras, independente de decisão ou pressão política</p>	<p>3</p> <p>A disponibilização de recursos próprios para custeio do SV é suficiente para atividades rotineiras, e ainda pode contar com outras fontes para suas operações. Além disso, está claramente definida, os recursos são alocados de forma regular, mas não há provisão para operações não rotineiras .</p>	<p>4. Como funciona o atendimento de recursos de custeio para as URs, UVLs, EACs e PFs ? É baseado em um planejamento de atividades? São plenamente atendidos?</p>
	<p>4</p> <p>A disponibilização de recursos próprios para custeio do SV está claramente definida, é regular e suficiente para suas operações básicas, conta com outras fontes e eventualmente de partes interessadas (fundo privado) e há provisão para operações não rotineiras.</p>	<p>5. Quando há necessidade de execução de atividades não rotineiras, a liberação de recursos ocorre de forma tempestiva?</p> <p>6. Há restrição na disponibilização de diárias para execução de atividades em outros municípios, quando devidas?</p> <p>7. O controle de contas permite quantificar a destinação de recursos gastos finalidade ou atividade de defesa animal?</p>
	<p>5</p> <p>A disponibilização de recursos próprios e de outras fontes para custeio (incluindo partes interessadas) é adequada e suficiente; todos os recursos são fornecidos e utilizados com transparência. O SV desenvolve análise do uso dos recursos de custeio para posteriores estudos de custo-benefício.</p>	<p>8. Os recursos são suficientes e oportunos para desenvolver as atividades de defesa sanitária?</p> <p>Considerar o contexto e os desafios relacionados ao SV</p> <p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</p>

1.3. Recursos Financeiros	Níveis de avanço		Fontes de verificação
	1	Não há fundos de emergência em saúde animal e não há provisão para recursos financeiros emergenciais.	1. Há fundo(s) de emergência e/ou fundo para pagamento de indenizações de doenças não emergenciais no estado? Por qual ato? Quais as cadeias produtivas participam do fundo? leite, carne, bovinos, caprinos, ovinos, equinos, apicultura, suínos e aves.
1.3.3. Fundos de emergência em saúde animal	2	Foram estabelecidas formas para provisão de fundos de emergência em saúde animal com recursos limitados, insuficientes para situações emergenciais . Os mecanismos de arrecadação não estão ativos de forma efetiva.	2. O fundo(s) é(são) público ou privado(s)? É exclusivo para emergências?
Acesso do SV a recursos financeiros extraordinários, a fim de responder a situações de emergência ou a questões emergentes; medida pela facilidade com que recursos contingenciais e compensatórios (ex. esquemas de compensação de produtores em situações de emergência) podem ser disponibilizados quando requeridos	3	Foram estabelecidas formas para provisão de fundos de emergência em saúde animal com recursos limitados e com a participação de apenas algumas cadeias produtivas. Os mecanismos de arrecadação estão todos ativos.	3. Caso o fundo não seja apenas para emergência, no estatuto está prevista a % de recursos que deve ficar reservada para uso em indenizações e ações em emergências? Qual a porcentagem dos recursos arrecadados no fundo podem ser utilizados para custeio e ou investimento (no caso desse fundo ser o mesmo que o fundo emergencial)?
	4	Foram estabelecidas formas para provisão de fundos de emergência em saúde animal com recursos suficientes e com a participação das cadeias produtivas mais importantes para o estado. Os mecanismos de arrecadação estão todos ativos.	4. Qual o saldo para emergência? O estado tem algum estudo para estimativa de valores necessários no caso de emergência em alguma das cadeias produtivas? 5. Quais os mecanismos de arrecadação previstos? Estão plenamente regulamentados e ativos e ocorrem de forma contínua? Existe alguma alternativa para aumentar a arrecadação?
	5	Foram estabelecidas formas para provisão de fundos de emergência em saúde animal com recursos suficientes; com a participação das cadeias produtivas mais importantes para o estado, recursos adicionais para emergências podem ser aprovados por meio de um processo técnico e ágil. Os mecanismos de arrecadação estão todos ativos. Existem estudos sobre estimativa de valores necessários no caso de emergência para alguma cadeia produtiva importante para o estado.	6. Caso já tenha havido alguma ocorrência, houve agilidade na liberação dos recursos para ações emergenciais e indenizações? 7 – Existe representante do SVE na gestão do fundo? Com que frequência os gestores do fundo se reúnem e qual a participação do SVE nas reuniões e ou decisões tomadas? Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV (R\$/propriedade ou UAV)

2.1. Estrutura Organizacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 Não há estrutura organizacional oficializada e a cadeia de comando não está clara.</p>	
<p>2.1.1. Estrutura organizacional e capacidade de coordenação interna</p>	<p>2 A estrutura organizacional não está em conformidade com a legislação e não atende à demanda do órgão ou não é observada na prática. Há mecanismos de coordenação interna, com falhas na cadeia de comando para o conjunto das atividades. Falta planejamento técnico e logístico estabelecido pela UC para direcionamento das ações em nível local.</p>	<p>1. A estrutura organizacional atende às necessidades da instituição?</p>
<p>Capacidade do SV de coordenar seu pessoal e suas atividades, por meio de uma clara cadeia de comando do nível central ao nível de campo, a fim de implementar as atividades relevantes para a defesa sanitária animal (ex. vigilância, controle e erradicação de doenças, segurança alimentar, detecção precoce e resposta rápida)</p>	<p>3 A estrutura organizacional está em conformidade com a legislação, entretanto não atende à demanda do órgão ou não é observada na prática. Há mecanismos de coordenação interna, com falhas na cadeia de comando para o conjunto das atividades. Há planejamento técnico e logístico estabelecido pela UC para direcionamento de ações a campo nas unidades descentralizadas.</p>	<p>2. A estrutura está em conformidade com a legislação? 3. As responsabilidades dos setores e níveis hierárquicos estão formalizadas? 4. Há uma clara descrição e compreensão da cadeia de comando do SV?</p>
	<p>4 A estrutura organizacional está em conformidade com a legislação e atende às demandas do órgão, sendo observada na prática. Há mecanismos de coordenação interna, com uma clara e eficaz cadeia de comando para o conjunto das atividades. Há planejamento técnico e logístico, com acompanhamento de sua execução pela UC para direcionamento de ações a campo nas unidades descentralizadas.</p>	<p>5. Evidências de que as atividades são rotineiramente coordenadas do nível central até o nível de campo? 6. Ocorre ruptura na cadeia de comando para as atividades? Da UC para as URs e UVLs? Dentro das UVLs? Das UVLs para os EACs? 7. Existe um planejamento técnico e operacional definido pela UC? Há acompanhamento de sua execução (para os programas sanitários implantados)? O planejamento é revisado periodicamente ao longo do ano?</p>
	<p>5 A estrutura organizacional está em conformidade com a legislação e atende às demandas do órgão, sendo observada na prática. Há mecanismos de coordenação interna, com uma clara e eficaz cadeia de comando para o conjunto das atividades. Há revisão e atualização periódicas dos mecanismos de coordenação interna e da cadeia de comando. Há planejamento técnico e logístico, com acompanhamento de sua execução pela UC para direcionamento de ações a campo nas unidades descentralizadas, sendo estes periodicamente revisados.</p>	

2.2. Autoridade e gestão da qualidade	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 A base legal e os manuais não estão atualizados e não estão em consonância com as normas federais . A legislação não prevê aplicação de penalidades, não está divulgada e distribuída nas unidades do SV.</p>	<p>1. Os manuais e legislação instituídos pelo MAPA e SV estão disponíveis?</p> <p>2. O SV disponibiliza e aplica legislação e manuais ou POPs técnicos e administrativos? Os MVs têm acesso e conhecimento adequado dos manuais e da legislação (terrestres e aquáticos)?</p>
<p>2.2.1. Base legal, regulamentação, aplicação da legislação, manuais e POPs</p>	<p>2 A base legal e os manuais não estão completamente atualizados, mas estão em consonância com as normas federais. A legislação está divulgada e distribuída na maioria das unidades do SV. A legislação prevê penalidades, mas não há evidências de sua aplicação.</p>	<p>3. Há legislação estadual que regulamente:</p> <p>item 2.4.2. PNCEBT - exames negativos para aglomerações? saneamento obrigatório de focos? indenização de animais?</p>
<p>Arcabouço legal, normas, regulamentos, manuais, protocolos e demais regulamentações que promovem o respaldo jurídico claro e transparente para a ampla atuação do SV em suas competências e atribuições</p>	<p>3 A base legal e os manuais estão atualizados em consonância com as normas federais. Estão divulgados e distribuídos em todas as unidades do SV. A legislação prevê penalidades, porém se observam divergências e falhas no cumprimento das normas e procedimentos, assim como na aplicação das medidas punitivas.</p>	<p>Item 2.4.9. PNSS - normas/manuais (Ex: cadastro, controle de suínos asselvajados, biosseguridade em granjas; vigilância; utilização da vacina contra a PSC?)?</p> <p>2.4.11. Aquicultura - legislação para adequação regional e com dispositivos que avançaram em relação ao Programa?</p> <p>Item 2.3.5. Controle de eventos e aglomerações - legislações relacionadas ao bem estar animal nos eventos?</p>
	<p>4 A base legal e os manuais estão atualizados em consonância com as normas federais. Estão divulgados e distribuídos em todas as unidades do SV. A legislação prevê penalidades e não há muitas falhas no cumprimento das normas e procedimentos, assim como na aplicação das medidas punitivas.</p>	<p>2.4.4 PNEEB: legislação com implementação de medidas para mitigação de risco para EEB nos matadouros sob SIE, vigilância com coleta de amostras nos abates de emergência (Port. 447/2021); registros da retirada e destinação de de Material de Risco Específico (MER), em cada estab. sob SIE)?</p>
	<p>5 A base legal e os manuais estão atualizados em consonância com as normas federais. Estão divulgados e distribuídos em todas as unidades do SV. A legislação prevê penalidades, havendo cumprimento das normas e procedimentos, assim como a aplicação das medidas punitivas. Há processo contínuo, organizado e participativo para a revisão de seu arcabouço legal.</p>	<p>Item 3.2.1.Habilitação de MVs - tem regulação para habilitação / cadastramento / delegação e respectivas revogações ?</p> <p>4. Evidências da aplicação de medidas punitivas frente às irregularidades ocorridas?</p> <p>5. Há processo contínuo, organizado e participativo para a revisão de seu arcabouço legal?</p>

2.2. Autoridade e gestão da qualidade	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 Os processos, arquivos e documentos nas unidades não estão organizados. Não há padronização de procedimentos e fluxos de informações.</p>	<p>1. A UC, as URs, PFs, UVLs e EACs auditados estão organizados?</p>
2.2.2. Organização dos processos e unidades	<p>2 Os processos, arquivos e documentos nas unidades estão parcialmente organizados. Há iniciativas para padronização de procedimentos e fluxos de informações. As atividades são registradas com alto grau de deficiências.</p>	<p>2. Existe padronização de arquivamento (físico e digital) definido pela UC na organização dos escritórios e PF?</p>
<p>Capacidade do SV de manter todas as suas unidades organizadas de modo a permitir a adequada execução de seus processos técnicos, fluxos de informação e atividades administrativas, incluindo reuniões, atendimento ao público, arquivamento de materiais, etc</p>	<p>3 Os processos, arquivos e documentos nas unidades estão organizados. Há padronização de procedimentos e fluxos de informações, contudo não ocorre em todos os níveis do órgão.</p>	<p>3. Existe padronização definida pela UC de procedimentos e fluxos das informações, processos e documentos?</p>
	<p>4 Os processos, arquivos e documentos nas unidades estão organizados. Há padronização de procedimentos e fluxos de informações em todos os níveis. A maioria dos processos e atividades estão registradas em sistemas informatizados.</p>	<p>4. A organização do escritório permite localizar rapidamente os documentos solicitados?</p>
	<p>5 Os processos, arquivos e documentos nas unidades estão organizados. Há padronização de procedimentos e fluxos de informações em todos os níveis. Todas as atividades estão registradas e os processos mapeados em sistemas informatizados que permitem inclusive registros das atividades em nível de campo.</p>	<p>5. Dispõe de formas de ferramentas e processos de informatização, sistema eletrônico de documentos, pastas na rede, intranet e e-mail institucional para padronização de procedimentos e fluxos das informações, processos e documentos?</p> <p>6. Os registros (físicos e digitais) das atividades são adequados?</p> <p>7. Dispõe de sistema informatizado para registro e gestão de atividades em nível de campo?</p> <p>*Considerar neste item a avaliação sobre as informações da pré-auditoria fornecidas pelo SV, quanto a: completude; organização e tempestividade</p>

2.2. Autoridade e gestão da qualidade	Níveis de avanço		Fontes de verificação
	1	Não há supervisões internas no SV.	
2.2.3. Supervisão e controle interno	2	Há supervisões internas esporádicas sem metodologia apropriada. As equipes não são capacitadas. Não existem metas para as supervisões ou, caso existam, não são cumpridas. Não há seguimento da execução de planos de ação corretivos pelas unidades auditadas.	1. Existe um programa de supervisões, com metodologia, incluindo procedimentos, programação de supervisões internas, formulários e seu seguimento?
Capacidade do SV para acompanhar o desempenho técnico e administrativo de seu quadro em todas as suas unidades, envolvendo a detecção de não-conformidades e pontos fracos, correções e prevenção das ocorrências	3	Há supervisões internas, mas com falhas na metodologia e na capacitação das equipes. O programa de supervisões é parcialmente cumprido em relação às metas estabelecidas. Há seguimento parcial da execução de planos de ação corretivos pelas unidades auditadas.	2. Existe equipe definida e capacitada de supervisores? 3. Como a UC acompanha a execução do processo de supervisão?
	4	Há programa de supervisões internas no SV com metodologia apropriada, procedimentos definidos e equipe capacitada de supervisores. O programa de supervisões é cumprido conforme metas estabelecidas, porém com abrangência limitada quanto ao conjunto de processos e unidades. Há seguimento da execução de planos de ação corretivos pelas unidades supervisionadas.	4. Existem metas para realização de supervisões? Estão sendo cumpridas? 5. As supervisões resultam em recomendações de melhorias e adequações?
	5	Há programa abrangente de supervisões internas no SV com metodologia apropriada e procedimentos definidos com equipe capacitada de supervisores. O programa de supervisões é cumprido conforme metas estabelecidas. Há seguimento da execução de planos de ações corretivas pelas unidades supervisionadas, com obtenção e demonstração de melhorias.	6. Como é feito o acompanhamento dos planos de ações corretivas realizados nas UVs e EACs? 6. Há evidências de relatórios de supervisão, planos de ações corretivas e acompanhamento das melhorias?

2.3. Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 Não há sistema informatizado implantado na maioria das unidades para cadastro de produtores, estabelecimentos agropecuários (propriedades), explorações pecuárias e movimentação animal.</p>	
<p>2.3.1. Sistema Informatizado para cadastro, movimentação e demais controles</p>	<p>2 Há sistema informatizado implantado na maioria das unidades para cadastro de produtores, estabelecimentos agropecuários (propriedades), explorações pecuárias e movimentação animal, no entanto, as funcionalidades e o uso são insuficientes para o adequado controle de cadastros e rebanhos.</p>	<p>1. Quais os sistemas informatizados que o SV dispõe para controle de cadastros e movimentações de animais (terrestres e aquáticos) e outras funcionalidades?</p> <p>2. Qual o nível de implantação do sistema no SV? (UC, UR, UVL, EAC, PF)</p>
<p>Disponibilidade de sistemas informatizados implantados para controle de cadastros e movimentação de animais, controle de revendas, controle de MV privados, etc.</p>	<p>3 Há sistema informatizado implantado em todas as unidades (UVL, EAC e PF) para controle de cadastros e movimentação de animais, com funcionalidades básicas para o adequado controle de cadastros e explorações pecuárias das espécies de interesse econômico para o estado. O sistema permite acesso e poucos registros por parte de alguns atores (produtores, revendas ou médicos veterinários), mas o controle do SVE sobre estes é deficiente.</p>	<p>3. O sistema está efetivamente implantado em todos os níveis e unidades?</p> <p>4. Quais usuários internos e externos têm acesso ao sistema e qual nível de acesso? (revendas, sindicatos, MV privados, produtores, outros) Quais as funcionalidades do(s) sistema(s)?</p>
	<p>4 Há sistema informatizado implantado em todas as unidades (UVL, EAC, PF) do SVE para controle de cadastros e movimentação de animais, com funcionalidades básicas para o adequado controle de cadastros e rebanhos das espécies de interesse econômico para o estado e funcionalidades adicionais para controle de atividades do sistema de vigilância e comércio de insumos de interesse dos programas oficiais. Há mecanismos organizados e ágeis para as atualizações periódicas das funcionalidades do sistema. O sistema permite o acesso, atualizações e registros por parte dos atores (produtores, revendas, médicos veterinários), com adequado monitoramento pelo SVE.</p>	<p>5. Quais são as funcionalidades do(s) sistema(s)? As principais funcionalidades estão listadas na Planilha de pré-auditoria e classificadas em Básicas (B) e Adicionais (A)</p> <p>6. Os usuários dos sistemas têm conhecimentos das funcionalidades? utilizam com regularidade?</p> <p>7. Como é atualizada a base de dados de propriedades e rebanhos?</p>
	<p>5 Há sistema informatizado implantado em todas as unidades (UVL, EAC e PF) para controle de cadastros e movimentação de animais com funcionalidades básicas para o adequado controle de cadastros e rebanhos das espécies de interesse econômico para o estado e funcionalidades adicionais para controle do sistema de vigilância e comércio de insumos de interesse dos programas oficiais. Há mecanismos organizados e ágeis para atualizações periódicas das funcionalidades do sistema e são realizadas análises frequentes de seus dados. O sistema permite o acesso, atualizações e registros das funcionalidades por parte dos atores (produtores, revendas, médicos veterinários).</p>	<p>8. Solicitar a apresentação de análises da base de dados, com interpretações e/ou providências.</p> <p>9. O SV transmite dados de novos cadastros à PGA diariamente? O SV recebe mensagens de erro de transmissão de dados? Quais providências adotadas? Há reenvio dos dados faltantes? Comparar dados da PGA (pré-auditoria) com dados do sistema.</p>

2.3. Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 Existe cadastro incompleto e desatualizado de estabelecimentos agropecuários, proprietários, produtores e explorações pecuárias com coordenadas geográficas abaixo de 30% para cada uma das espécies relevantes do sistema agroprodutivo. Não há checagem <i>in loco</i> ou outros meios de verificação para abertura de novos cadastros de estabelecimentos agropecuários.</p>	<p>Seguir as diretrizes do <i>Manual de Padronização de Cadastro</i></p> <p>1. Há equipe ou setor de coordenação e suporte ao cadastro?</p> <p>2. Como e com que frequência o cadastro é atualizado para cada uma das espécies? a)bov/bub b) capr/ovi c)suínos d)aves e)equi f)aquáticos g)abelhas e outros</p>
<p>2.3.2. Controle de cadastro de estabelecimentos agropecuários, produtores e animais</p>	<p>2 Existe cadastro desatualizado de estabelecimentos agropecuários, proprietários, produtores e explorações pecuárias com coordenadas geográficas entre 30% e 60% para cada uma das espécies relevantes do sistema agroprodutivo, organizado em uma base de dados. Não há checagem <i>in loco</i> ou outros meios de verificação para abertura de novos cadastros de estabelecimentos agropecuários.</p>	<p>3. Há campanhas/planos/metastas em meses específicos para promoção da atualização obrigatória dos cadastros?</p> <p>4. Há procedimentos de rotina, planos e metas para atualização e busca ativa a campo? Faz busca ativa de propriedades?</p>
<p>Capacidade do SV de registrar e manter atualizado os dados cadastrais de produtores, estabelecimentos agropecuários e espécies animais, de modo a representar a realidade da UF.</p>	<p>3 Existe cadastro atualizado de estabelecimentos agropecuários e seus proprietários, produtores e explorações pecuárias com coordenadas geográficas entre 60% e 80% para cada uma das espécies relevantes do sistema agroprodutivo, organizado em uma base de dados informatizada. Não há checagem <i>in loco</i> ou outros meios de verificação para abertura de novos cadastros de estabelecimentos agropecuários.</p>	<p>5. Qual o percentual de estabelecimentos agropecuários geolocalizados (todas as espécies)? Com base em estudo de validação da geolocalização para bovinos e demais espécies suscetíveis a FA (pré-auditoria).</p> <p>6. Quais os critérios adotados pelo SV para aceitação e validação da evolução/atualização de rebanhos? (%nascimentos, mortes)</p>
	<p>4 Existe um cadastro atualizado de propriedades, produtores e rebanhos com coordenadas geográficas acima de 80% para cada uma das espécies relevantes do sistema agroprodutivo, organizado em uma base de dados informatizada e é avaliado regularmente. Há checagem <i>in loco</i> ou outros meios de verificação para abertura de novos cadastros de estabelecimentos agropecuários. Existe um plano em execução para atualização do cadastro com ações de campo.</p>	<p>7. Quais os critérios para: inclusão (checagem <i>in loco</i> ou outra verificação)? e exclusão de cadastros (com baixa dos animais)?</p> <p>8. É feita alguma análise da base de dados regularmente (relação de novos cadastros e cadastros inativos nos últimos 12 meses, análise da relação rebanho/área da propriedade, outras)?</p>
	<p>5 Existe um cadastro atualizado de estabelecimentos agropecuários e seus proprietários, produtores e explorações pecuárias com coordenadas geográficas acima de 90% para todas as espécies relevantes para o sistema agroprodutivo da UF, organizado em uma base de dados informatizada e é avaliado regularmente. Há checagem <i>in loco</i> ou outros meios de verificação para abertura de novos cadastros de estabelecimentos agropecuários. Existe um plano em execução para atualização do cadastro com ações de campo. Há integração do cadastro do SV com sistemas cadastrais de outros órgãos.</p>	<p>9. Quais são os índices de atualização de cadastros no(s) período(s) determinado(s): % de estabelecimentos agropecuários (propriedades), % de pop. bov/bub, % pop. suína, % pop. capr/ovina</p> <p>10. Há integração com outros sistemas cadastrais (Ex.: CAR, NIRF, INCRA, outros)?</p> <p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</p>

2.3.Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço		Fontes de verificação
2.3.3. Controle da movimentação de animais (terrestres e aquáticos) e produtos de origem animal, identificação e rastreabilidade	1	O SV não controla a movimentação de animais e produtos e não há registro de dados ou não estão atualizados.	1. Quais as formas de GTA utilizadas (manual, informatizada e e-GTA)? Ainda são emitidas as GTA de forma manual? Em que circunstâncias e como são integradas ao sistema?
	2	O SV controla a movimentação de animais e produtos das espécies relevantes para o sistema agroprodutivo da UF e detém registros atualizados. Não realiza análises de fluxos das movimentações.	2. Como são atualizados os dados de movimentação nos saldos e controles dos rebanhos e lotes (animais aquáticos), de origem e destino?
	3	O SV possui procedimentos instituídos para o controle da movimentação de animais e produtos das espécies relevantes para o sistema agroprodutivo da UF e rastreabilidade de rebanhos, aplica as normas em vigor para o trânsito com deficiências e realiza análises esporádicas das movimentações.	3. Para quais espécies são emitidas GTAs (ver relatório de GTAs/espécie)? a)bov/bub b) capr/ovi c)suínos d)aves e)equi f)aquáticos g)abelhas e outros Ver no questionário da UC e no pré-auditoria
Autoridade e capacidade do SV, coordenação com os produtores e outras partes interessadas, para monitorar o trânsito de animais sob seu mandato e rastrear seu histórico, localização e distribuição com o propósito de controle de doenças, segurança alimentar, comércio ou qualquer outro requisito legal preconizado pelo órgão	4	O SV possui procedimentos eficientes instituídos para o controle da movimentação de animais e produtos das espécies mais relevantes para o sistema agroprodutivo e rastreabilidade de rebanhos, aplica as normas em vigor para o trânsito, realiza análises periódicas de fluxos de trânsito interno e externo para direcionamento de ações.	4. Verificar se há controle da movimentação de espécies que não bovídeos (equídeos, peq. ruminantes, suínos, aves, aquáticos etc.) de propriedades sem bovinos e dessas mesmas espécies de propriedades com bovinos.
	5	O SV possui procedimentos eficientes instituídos para o controle da movimentação de animais e produtos para todas as espécies relevantes para o sistema agroprodutivo e rastreabilidade de rebanhos de forma sistemática em todo o estado, e realiza rotineiramente análises de fluxos de trânsito interno e externo para direcionamento de ações.	5. Há algum tipo de análise da movimentação do trânsito de animais e produtos e subprodutos pela UC? Apresentar 6. Existem ações para controle de ingresso de animais de outras UFs no estado e nas propriedades de acordo com as normas sanitárias? O SV tem mecanismos para controlar as exigências de noventenas e ingressos de animais de outros estados? 7. Há controle de marcas ou outro sistema de identificação para a rastreabilidade de animais além da GTA (Lei nº 12.097/2009)? As marcas constam na GTA? Há identificação individual de bovinos? 8. No caso de haver na UF quarentenário (EPE, quarentenas de importação e exportação), quais os controles realizados pelo SV? 9. Verificar e concluir se o SV aplica as normas em vigor para o trânsito. (checar atendimento aos manuais de trânsito). 10. A emissão de CIS-modelo E (CIS-E) é feita por credenciados ou serviço oficial?

2.3.Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 O SV não possui postos fixos, não realiza fiscalizações volantes e não aplica procedimentos de fiscalização de trânsito e controle de divisas e fronteiras</p>	<p>1. Verificar a lista e localização dos postos de divisas em relação às vias de ingresso na UF. Os postos fixos funcionam em tempo integral (24h X 7 dias da semana)? Ou adequado à condição de trânsito da via?</p>
<p>2.3.4. Fiscalização do trânsito e controle de divisas e fronteiras</p>	<p>2 O SV possui postos fixos, realiza algumas fiscalizações volantes, porém não aplica procedimentos de fiscalização de trânsito e controle de divisas e fronteiras por deficiências de funcionamento e ou cobertura e ou localização.</p>	<p>2. Há ações regulares e efetivas de controle e fiscalização da movimentação de animais e produtos por fiscalizações volantes? Existem metas de fiscalização e como está seu alcance?</p>
<p>Autoridade e capacidade do SV de prevenir e controlar a entrada e a disseminação de doenças e outros riscos associados a animais e produtos de origem animal.</p>	<p>3 O SV possui postos fixos e realiza fiscalizações volantes; aplica procedimentos contínuos com metas de fiscalização de trânsito e controle de divisas e fronteiras, porém com deficiências de funcionamento, de cobertura ou localização, com cumprimento de metas. Há acesso, nos postos fixos, ao sistema informatizado de controle de cadastros e movimentação. Há apoio eventual da parte de outras instituições ou estados envolvidos.</p>	<p>3. O SV conhece e analisa os fluxos de ingresso e define pontos estratégicos para a fiscalização?</p>
	<p>4 O SV possui postos fixos e realiza fiscalizações volantes em locais definidos, a partir de análises de pontos estratégicos. Aplica procedimentos contínuos e alcança as metas de fiscalização de trânsito e controle de divisas e fronteiras. Há acesso, nos postos fixos e pelas equipes volantes, ao sistema informatizado de controle de cadastros e movimentação, com inserção de registros informatizados de atividades de fiscalização. Há integração regular com outras instituições ou estados envolvidos.</p>	<p>4. Há acesso (perfil de acesso e internet) a sistema informatizado de controle de cadastros e movimentação e inserção de registros informatizados de atividades de fiscalização nos postos fixos?</p> <p>5. Há acordos de cooperação com países/estados vizinhos para promover o controle de trânsito?</p> <p>6. Há integração de atividades e/ou apoio de outros setores e instituições para controle de divisas/fronteiras? (Ex. Polícia Militar, Polícia Rod. Federal, Polícia Rod. Estadual, Exército, etc.)</p>
	<p>5 O SV possui postos fixos e realiza fiscalizações volantes em locais definidos, a partir de análises de pontos estratégicos. Aplica procedimentos contínuos e alcança as metas de fiscalização de trânsito e controle de divisas e fronteiras. Há acesso, nos postos fixos e pelas equipes volantes, ao sistema informatizado de controle de cadastros e movimentação com inserção de registros informatizados de atividades de fiscalização. Há integração regular com outras instituições. Há trabalhos conjuntos com estados/países vizinhos para estabelecer, aplicar e auditar procedimentos de segurança de divisas/fronteiras.</p>	<p>*Fazer uma avaliação da localização do estado para avaliar o item. Considerar status sanitários e nível de importância dos Postos para o controle de saúde animal da UF.</p> <p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</p>

2.3. Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 O SV não possui cadastro de recintos, organizadores, RTs e ou controle sobre a maioria das aglomerações. Os controles realizados não permitem a rastreabilidade dos animais.</p>	<p>1. Há cadastro de recintos, organizadores de eventos e responsáveis técnicos (RTs) de eventos?</p>
<p>2.3.5. Controle de eventos e aglomerações</p>	<p>2 O SV possui cadastro parcial de recintos, organizadores, RTs e o controle tem deficiências sobre a maioria das aglomerações, não permitindo a adequada rastreabilidade dos animais.</p>	<p>2. Quais os procedimentos que envolvem a autorização dos eventos? (organizador, recinto, RTs, MVH)</p>
<p>Capacidade do SV de manter cadastro atualizado dos eventos e aglomerações animais e dos respectivos RTs cadastrados, de modo a monitorar as boas práticas de condução, manter registros de ingresso, egresso e rastreabilidade dos animais envolvidos e supervisionar as potenciais ocorrências sanitárias</p>	<p>3 O SV possui cadastro de recintos, organizadores, RTs, mas o controle é deficiente e/ou só ocorre em parte das aglomerações, não permitindo a adequada rastreabilidade dos animais. Os RTs estão habilitados para emissão de GTA e há acompanhamento dos relatórios e controles dos eventos por parte do SV.</p>	<p>3. Quais os controles realizados pela UC, UVLs e RTs sobre as aglomerações que ocorrem no estado? (autorização do evento, fiscalização <i>in loco</i>, relatórios, elaboração e avaliação de mapas de entrada e saída). Os registros dos controles são informatizados? Os controles são adequados e possibilitam a rastreabilidade dos animais (origem e destino)?</p>
	<p>4 O SV autoriza e monitora todas as aglomerações, realizando fiscalizações <i>in loco</i> em parte delas. Há controle documental e inspeção-clínica de animais nos eventos e os controles que permitem a rastreabilidade são informatizados. Há médicos veterinários habilitados para emissão de GTA. Há acompanhamento e análise dos relatórios dos eventos por parte do SV. As estruturas e procedimentos permitem o efetivo controle sanitário.</p>	<p>4. Há metas de fiscalização pelo SV em eventos? Quais os critérios para a definição de metas? E para a priorização das fiscalizações?</p> <p>5. Que percentual é acompanhado por RTs e como é feita a supervisão da atividade deles?</p>
	<p>5 O SV autoriza e monitora todas as aglomerações, realizando fiscalizações <i>in loco</i> em parte delas. Há controle documental e inspeção de animais nos eventos e os controles que permitem a rastreabilidade são informatizados. Há médicos veterinários habilitados para emissão de GTA. Há acompanhamento e análise dos relatórios dos eventos por parte do SV. As estruturas e procedimentos permitem o efetivo controle sanitário. O SV possui legislação e acompanha as questões relacionadas ao bem-estar animal.</p>	<p>6. Os RTs recebem capacitação específica para controle de eventos? São habilitados para emissão de GTA? Quais os controles do SV sobre os RTs? Os RTs emitem relatórios dos eventos? Estes são analisados pelo SV?</p> <p>7. Como se dá a fiscalização de eventos equestres?</p> <p>8. Inclui procedimentos de vistoria de animais? Existe orientação para esse procedimento? Como é registrada? Existe procedimento para inspeção clínica em animais? Em que momento? Como a inspeção clínica é registrada?</p> <p>9. Há legislações relacionadas ao bem estar animal nos eventos de aglomeração? O SV verifica questões relacionadas ao bem-estar animal nos eventos e aglomerações animais?</p>

2.3.Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 O SV não tem cadastro atualizado de revendas de produtos biológicos. Não há fiscalização sistemática que permita o efetivo controle da comercialização dos produtos biológicos. Não há garantia da manutenção da cadeia de frio nas etapas de recebimento, armazenamento até a comercialização.</p>	<p>1. As revendas de produtos biológicos e medicamentos veterinários estão cadastradas no SV?</p>
<p>2.3.6. Produtos de uso veterinário</p>	<p>2 O SV tem cadastro de revendas de produtos biológicos. Há fiscalização de parte dos produtos biológicos, porém não permite o efetivo controle da sua comercialização. Há falhas para garantia da manutenção da cadeia de frio em uma ou mais etapas (recebimento, armazenamento até a comercialização).</p>	<p>2. Quais as exigências para a aprovação das revendas de produtos biológicos e medicamentos veterinários (refrigeradores, geradores e gelo para os produtos que exijam refrigeração)? Existem requisitos definidos pelo SV para manutenção da cadeia de frio pelas revendas?</p>
<p>Autoridade e capacidade do SV em garantir, por meio de atividades de fiscalização da comercialização e do uso, a qualidade, segurança, e uso responsável e prudente dos medicamentos veterinários e produtos biológicos.</p>	<p>3 O SV tem cadastro de revendas de produtos biológicos. Há fiscalização de parte dos prod. biológicos na maioria das revendas cadastradas. Os procedimentos de fiscalização garantem a manutenção da cadeia de frio nos recebimentos, armazenamento até a comercialização na maioria das UVLs.</p>	<p>3. O SV tem delegação de competência para fiscalização de produtos de uso veterinário ou aderiu ao SISBI-PEC?</p>
	<p>4 O SV tem cadastro atualizado de revendas de produtos biológicos e medicamentos veterinários. Há fiscalização sistemática dos prod. biológicos e medicamentos veterinários nas revendas cadastradas, por adesão ao SISBI-PEC. Há controle informatizado de estoque de alguns produtos biológicos (vacinas de febre aftosa, brucelose, antígenos e alérgenos). A fiscalização de medicamentos veterinários conta com apoio de sistema informatizado (uso de sistema informatizado SIPEAGRO ou outro sistema compatível com o do MAPA). Para os produtos que exijam refrigeração, os procedimentos de fiscalização garantem a manutenção da cadeia de frio nos recebimentos, armazenamento até a comercialização na maioria das UVLs.</p>	<p>4. O SV executa a fiscalização sistemática de produtos veterinários nas revendas cadastradas? Quais são os produtos fiscalizados (vacinas, insumos para diagnóstico, produtos farmacêuticos)?</p> <p>5. Os procedimentos de fiscalização são adequados (controle de estoque, cadeia de frio, receituário obrigatório, produtos registrados no MAPA, dentro da validade, embalagens sem violação, etc)? A frequência de fiscalização está de acordo com o programado, ou conforme as normas/ manuais e permite efetiva fiscalização das revendas?</p>
	<p>5 O SV tem cadastro atualizado de revendas de produtos biológicos e medicamentos veterinários. Há fiscalização sistemática dos produtos biológicos e medicamentos veterinários nas revendas cadastradas, por adesão ao SISBI-PEC. Há controle informatizado de estoque de vacinas e insumos (febre aftosa, brucelose, antígenos e alérgenos). A fiscalização de medicamentos veterinários conta com apoio de sistema informatizado (uso de sistema informatizado SIPEAGRO ou outro sistema compatível com o MAPA), incluindo o registro das fiscalizações, autuações e penalidades aplicadas. Para os produtos que exijam refrigeração, os procedimentos de fiscalização garantem a manutenção da cadeia de frio nas etapas de recebimento, armazenamento até a comercialização na maioria das unidades.</p>	<p>6. Existe procedimento definido para controle de vacinas contra a Febre Aftosa adquiridas em outros estados?</p> <p>*Considerar se o estado realiza a vacinação contra a Febre Aftosa e contra a Brucelose</p>

2.3 Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 O SV não tem um planejamento das atividades da vigilância veterinária e não utiliza critérios baseados em risco para a execução da vigilância para as doenças dos programas sanitários de maior importância de seu sistema agroprodutivo.</p>	<p>1. Há planejamento de atividades de vigilância ativa coordenado pela UC? Para quais programas (terrestres e aquáticos)?</p> <p>2. Há priorização e direcionamento das atividades no planejamento para os sistemas agroprodutivos de maior importância no estado? O planejamento prevê integração de atividades dos programas levando em consideração a capacidade operacional do SV?</p>
<p>2.3.7. Planejamento e direcionamento da vigilância veterinária</p>	<p>2 O SV não tem um planejamento das atividades da vigilância veterinária ou não utiliza critérios baseados em risco para a execução da vigilância para as doenças dos programas sanitários de maior importância de seu sistema agroprodutivo. Há deficiências em sua gestão, execução e não há um acompanhamento.</p>	<p>3. Existem metas para execução das atividades de vigilância pelas UVLs? Estão sendo cumpridas? Para quais programas sanitários?</p>
<p>Capacidade do SV de planejar e executar as atividades do sistema de vigilância veterinária</p>	<p>3 O SV tem um planejamento das atividades da vigilância veterinária. Utiliza critérios baseados em risco para a execução da vigilância para as doenças dos programas sanitários de maior importância de seu sistema agroprodutivo. Não há plena execução do planejamento e há falhas na gestão e no acompanhamento.</p>	<p>(<i>não se aplica aos seguintes programas: PNCRH, PNSE, PNSAb, PNSCO PNCMB, Aquicultura com Sanidade</i>) Quanto ao PNSS, PNSA, PNCEBT, PNEEB e PNEFA verificar as informações prestadas por cada programa.</p> <p>4. São aplicados critérios de risco para definição das metas e para execução de uma vigilância efetiva? Para quais programas sanitários (terrestres e aquáticos)?</p>
	<p>4 O SV tem um planejamento adequado das atividades da vigilância veterinária. Utiliza critérios baseados em risco para a execução da vigilância para as doenças dos programas sanitários de maior importância de seu sistema agroprodutivo. As atividades são executadas conforme planejamento, há acompanhamento da execução e emissão de relatórios de forma sistemática.</p>	<p>5. Como é feito o acompanhamento das atividades das UVLs pela UC?</p> <p>6. Existe lista atualizada de propriedades/áreas de maior risco para as doenças de animais terrestres e aquáticos? Está no sistema informatizado? (Ver doenças no questionário da UC e marcar)</p>
	<p>5 O SV tem um planejamento adequado das atividades da vigilância veterinária e conta com suporte técnico-científico para a sua elaboração e avaliação do sistema de vigilância. Utiliza critérios baseados em risco para a execução da vigilância para as doenças dos programas sanitários e outras de importância de seu sistema agroprodutivo. As atividades são executadas conforme planejamento, há acompanhamento da execução e emissão de relatórios de forma sistemática.</p>	<p>7. São produzidos relatórios do sistema de vigilância? em qual frequência? (PNEFA e outros)</p> <p>8. O SVE dispõe de suporte técnico-científico para planejamento e avaliação da vigilância?</p> <p>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV e os relatórios feitos pelas Divisões DIVIG/CDVIG correspondentes</p>

2.3.Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 Não há procedimentos de incentivo e divulgação da obrigatoriedade de notificação das principais doenças de notificação imediata. Ausência de registros de notificação ou investigação de ocorrências das doenças de notificação imediata. Tempos de ação e reação muito tardios e alto índice de inconsistências e pendências nos registros de investigação (e-SISBRAVET ou FORM Aquáticos).</p>	<p>1. As principais fontes de informação (produtores, MVs privados, clínicas/hospitais veterinários e instituições de ensino e pesquisa) para identificação e notificação de doenças animais terrestres (IN 50/2013) e aquáticos (Portaria 19/2015) estão cadastradas?</p>
<p>2.3.8. Capacidade para detecção precoce e rápido atendimento a suspeitas de doenças de notificação imediata</p>	<p>2 Poucos procedimentos aleatórios de incentivo e divulgação da obrigatoriedade de notificação das principais doenças de notificação imediata. Há número baixo de registros com frequência e distribuição irregulares de notificação ou investigação de ocorrências das doenças de notificação imediata na maior parte do estado. Tempos de ação e reação maiores que o preconizado e alto índice de inconsistências e pendências nos registros de investigação (e-SISBRAVET ou FORM Aquáticos).</p>	<p>2. Há divulgação e disponibilização dos canais para notificação (telefones, endereços das UVLs e escritórios, link e-SISBRAVET) para as principais fontes de informação? Há divulgação do fluxo de informação para notificação das doenças? Verificar registros (comunicações, site, publicidade, redes, material de orientação).</p>
	<p>3 Procedimentos planejados com execução parcial para incentivo e divulgação da obrigatoriedade de notificação das principais doenças de notificação imediata, voltados para alguns setores e fontes específicas de informação. Número baixo de registros com frequência regular de notificação ou investigação de ocorrências das doenças de notificação imediata. Tempos de ação e reação mais aproximados do preconizado e índice aceitável de inconsistências e pendências nos registros de investigação (e-SISBRAVET ou FORM Aquáticos).</p>	<p>3. Há registros de notificações e atendimentos de ocorrências no e-Sisbravet? Aquáticos: há registros de notificações e investigação de eventos? Foram registrados no último ano? Verificar formulários. O SV recebe notificação imediata de suspeita pelos serviços de inspeção (SIM, SIE e SIF) de síndromes (vesicular, nervosa, hemorrágica dos suínos, respiratória e neurológica das aves)?</p>
<p>Capacidade de resposta rápida às notificações de suspeitas e ocorrências de doenças nas populações animais</p>	<p>4 Procedimentos sistemáticos executados conforme planejamento para incentivo e divulgação da obrigatoriedade de notificação das principais doenças de notificação imediata, voltados para muitos setores e várias fontes de informação envolvidas na vigilância. Há frequência constante de registro de notificação ou investigação de ocorrências das principais doenças de notificação imediata. Tempos de ação e reação com poucos desvios do preconizado e baixo índice de inconsistências e pendências nos registros de investigação (e-SISBRAVET ou FORM Aquáticos).</p>	<p>4. Verificar registros de notificação por doença/síndrome, por mês, no e-SISBRAVET no último ano. Verificar por doença e síndrome: notificações pendentes de classificação; ocorrências pendentes de atendimento; tempo de reação. Verificar razões para a classificação "improcedente" de notificações não atendidas e "pendentes de classificação"; e se os usuários não atendidos são respondidos de forma adequada. Aquáticos: ver indicadores conforme registros dos FORM-IN e FORM-COM - anexos V e VI da IN 4/2015.</p>
	<p>5 Procedimentos sistemáticos executados conforme planejamento para incentivo e divulgação da obrigatoriedade de notificação das principais doenças de notificação imediata, voltados para todos os setores e fontes específicas de informação envolvidos na vigilância. Há frequência constante de registros de notificação ou investigação de ocorrências das principais doenças de notificação imediata. Tempos de ação e reação dentro do preconizado e baixo índice de inconsistências e pendências nos registros de investigação (e-Sisbravet ou FORM Aquáticos).</p>	<p>5. Verificar prazo para registro dos atendimentos com casos prováveis de doenças que requerem ação imediata. Verificar as ocorrências abertas (ou com diagnóstico final pendente), do diagnóstico final e respectivo critério de confirmação e total de casos confirmados de doenças de notificação imediata.</p> <p>*Relatório da CIEP constará como anexo ao relatório de auditoria</p>

2.3.Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço	Fontes de verificação
<p>2.3.9. Capacidade para atuação em emergências zoossanitárias</p>	<p>1</p> <p>O SV não conta com grupo especial de atendimento a suspeitas e atuação em emergências ou o mesmo encontra-se desatualizado e sem capacitação. Não há MVs treinados para investigação às suspeitas de doenças animais e para atuação em emergências zoossanitárias. O SV não dispõe de materiais e equipamentos mínimos necessários para atendimento das suspeitas e para atuação frente a uma emergência zoossanitária. Os dados municipais/estaduais para subsidiar as ações em emergências não existem ou estão incompletos e desatualizados.</p>	<p>1. O SV dispõe de grupo oficializado de atendimento a suspeitas de doenças emergenciais e atuação em emergências?</p> <p>2. Todos os componentes do grupo estão em atividade? Qual o percentual que foi treinado nos últimos 3 anos?</p> <p>3. Os MVs do SV estão capacitados para investigação às suspeitas de doenças dos animais e para atuação em emergências zoossanitárias? (terrestres e aquáticos) (já pode ser respondido no item “capacitação”)</p> <p>4. Os MVs do grupo foram capacitados para atuação em emergências zoossanitárias ? Ver no item referente a “capacitação”.</p> <p>5. Como as UVLs têm acesso aos componentes do grupo?</p> <p>6. Os materiais e equipamentos necessários para investigação às suspeitas de doenças dos animais e para atuação em emergências estão completos, organizados e adequados? (Verificar nos questionários da ferramenta para quais espécies animais há material e marcar).</p> <p>7. Há distribuição adequada e controle do estoque de equipamentos/materiais, com procedimentos definidos para verificação, aquisição e reposição? (UC e UVLs)</p> <p>8. O SV dispõe de todos os dados estaduais/municipais atualizados para subsidiar ações em emergências? (planilhas “plano de ação local”, com relação de autoridades, hotéis, revendas, etc.). Qual a frequência de atualização?</p>
	<p>2</p> <p>O SV conta com grupo especial de atendimento a suspeitas e atuação em emergências, porém sem capacitação adequada. A maioria dos MVs não é treinada para investigação às suspeitas de doenças animais e para atuação em emergências zoossanitárias. O SV dispõe de materiais e equipamentos necessários para atendimento às suspeitas e para atuação frente a uma emergência zoossanitária, de forma desorganizada e incompleta, para algumas espécies. Os dados municipais/estaduais para subsidiar as ações em emergências estão incompletos e desatualizados.</p>	
<p>Capacidade do SV para responder rapidamente em caso de emergência zoossanitária</p>	<p>3</p> <p>O SV conta com grupo especial de atendimento a suspeitas e atuação em emergências atualizado, porém sem capacitação adequada para algumas doenças emergenciais. Parte dos MVs foi treinada para investigação às suspeitas de doenças dos animais e para atuação em emergências zoossanitárias. O SV dispõe de materiais e equipamentos necessários para atendimento às suspeitas e para atuação frente a uma emergência zoossanitária, de forma organizada, porém incompletos, para as espécies de maior importância do seu sistema agroprodutivo. Os dados municipais/estaduais para subsidiar as ações em emergências estão completos, porém desatualizados.</p>	

	<p>O SV conta com grupo especial de atendimento a suspeitas e atuação em emergências atualizado e com capacitação adequada para as doenças emergenciais das espécies de maior importância do seu sistema agroprodutivo. A maioria dos MVs foi treinada para investigação às suspeitas de doenças dos animais e para atuação em emergências zoossanitárias. O SV dispõe de materiais e equipamentos necessários para atendimento às</p> <p>4 suspeitas e para atuação frente a uma emergência zoossanitária, de forma organizada e completos para as espécies de maior importância do seu sistema agroprodutivo, com rotina de verificação e reposição. Os dados municipais/estaduais para subsidiar as ações em emergências estão completos e atualizados. Há alguma interação com outras instituições (polícia, defesa civil, etc) e com o setor privado para atuação conjunta em emergências.</p>	<p>9. Há interação e/ou acordos formais firmados com outras instituições (polícias, defesa civil, exército, etc) e com o setor privado (fundos, federação, associações) para atuação conjunta em emergências?</p>
	<p>O SV conta com grupo especial de atendimento a suspeitas e atuação em emergências, atuando com capacitação e treinamentos frequentes para todas as doenças emergenciais. Todos os MVs foram treinados para investigação às suspeitas de doenças dos animais e para atuação em emergências zoossanitárias. O SV dispõe de materiais e equipamentos necessários para</p> <p>5 atendimento às suspeitas e para atuação frente a uma emergência zoossanitária, de forma organizada e completa para todas as espécies, com rotina de verificação e reposição. Os dados municipais/estaduais para subsidiar as ações em emergências estão completos e atualizados. Há interação formal e regular com outras instituições (polícia, defesa civil, etc) e com o setor privado para atuação conjunta em emergências.</p>	

2.3.Capacidade técnica e operacional	Níveis de avanço		Fontes de verificação
	1	O SV não dispõe de centro de triagem de amostras e não conta com logística para envio tempestivo a laboratórios de referência.	
2.3.10. Diagnóstico laboratorial e envio de amostras	2	O SV dispõe de centro de triagem de amostras, com logística para envio a laboratórios de referência, porém há evidências de falhas no processo que prejudicam a conclusão da investigação.	1. O SV dispõe de centro de triagem de amostras para remessa a laboratórios de referência?
	3	O SV dispõe de centro de triagem de amostras, com logística para envio a laboratórios de referência, mas ocasionalmente ocorrem falhas na logística de recebimento e/ou envio de material, mas que não prejudicam a conclusão da investigação. Há comunicação do diagnóstico final da enfermidade ao produtor em algumas situações.	2. O SV dispõe de adequada preparação e logística (incluindo material próprio) para envio tempestivo de amostras para diagnóstico e análises químicas? Checar evidências de que houve envio de amostras no tempo requerido. 3. O SV dispõe de laboratório de diagnóstico próprio ou mantém convênio/contrato com laboratórios de diagnóstico público ou privado (Universidades, Institutos, etc.) para as principais doenças de controle oficial?
Capacidade e acesso do SV ao diagnóstico laboratorial de amostras biológicas, de modo a identificar e registrar agentes patogênicos, incluindo aqueles relevantes para a saúde pública e que podem afetar prejudicialmente animais e produtos de origem animal	4	O SV dispõe de centro de triagem de amostras, com logística para envio tempestivo a laboratórios de referência. O SV dispõe de laboratório de diagnóstico próprio para algumas doenças de controle oficial ou mantém convênio/contrato com laboratórios de diagnóstico de outras instituições. Há comunicação tempestiva do diagnóstico final da enfermidade ao produtor na maioria das situações.	4. O SV busca o diagnóstico de doenças não relacionadas a programas sanitários, mas de interesse do sistema agroprodutivo estadual ou saúde pública?
	5	O SV dispõe de centro de triagem de amostras, com logística para envio tempestivo a laboratórios de referência. O SV dispõe de laboratório de diagnóstico próprio para a maioria das doenças de controle oficial e outras doenças de importância para seu sistema agroprodutivo e/ou para saúde pública ou mantém convênio/contrato com laboratórios de diagnóstico de outras instituições. Há comunicação tempestiva do diagnóstico final da enfermidade ao produtor.	5. Há evidências de mecanismos eficientes de comunicação tempestiva dos resultados (lab - UC - UVL - produtor/RT)? 6. Há entrega tempestiva de resultados do laboratório ao SVE? Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1</p> <p>O SV não dispõe de setor de epidemiologia e informação em saúde animal implantado. As atividades são realizadas de forma incompleta e por servidores não capacitados. Não houve treinamento interno para uso do e-SISBRAVET. As notificações e ocorrências não são registradas nos prazos determinados. Os registros das notificações e ocorrências das doenças das categorias 1, 2 e 3 apresentam não conformidades graves. Não há verificação e acompanhamento dos registros pela UC, nem orientações para correções.</p>	<p>1. A UC dispõe de setor de Epidemiologia e Informação em Saúde Animal estruturado e organizado (existência de pontos focais atuantes, normas específicas, organograma definido, atribuições formalizadas, técnicos com formação/experiência na área e em número suficiente para o atendimento de demandas)?</p> <p>2. Quantos MV estão cadastrados no e-SISBRAVET, por perfil? O perfil dele coincide com o observado na prática? (verificar % de UVLs cadastradas) Qual a distribuição no SVE dos MV capacitados a utilizar o SISBRAVET?</p>
<p>2.4.1. Sistema de Informação em Zoossanitária e Epidemiologia (estrutura, organização e funcionamento)</p>	<p>2</p> <p>O SV não dispõe de setor específico para epidemiologia e informação em saúde animal, mas há profissionais de outros setores que executam parcialmente as atribuições necessárias, porém sem capacitação na área. Houve treinamento parcial para uso do e-SISBRAVET mas seu uso não está adequadamente estabelecido, não sendo utilizado na maioria das UVLs. A maioria das notificações e ocorrências não é registrada nos prazos determinados. Os registros de notificações e ocorrências da maioria das doenças das categorias 1, 2 e 3 apresentam não conformidades frequentes. Há falhas na verificação e acompanhamento eventual dos registros, na capacidade e oportunidade de orientações, com demora na obtenção de correções, pela UC. Não há elaboração rotineira de análises ou relatórios de dados zoossanitários pela UC.</p>	<p>3. O SVE está realizando regularmente os registros de doenças investigadas no e-SISBRAVET ? Todas as doenças de notificação imediata e dos programas de vigilância estão sendo registradas corretamente no e-SISBRAVET, para doenças dos animais terrestres, e nos formulários de investigação, para doenças de animais aquáticos?</p> <p>4. Há acompanhamento pelos pontos focais de Epidemiologia e dos programas, da UC ou regional, dos registros no e-SISBRAVET, de acordo com o manual do usuário, Fichas Técnicas e normas oficiais? Há capacidade para orientações adequadas e oportunas para correções e acompanhamento de retificações?</p>
	<p>3</p> <p>O SV dispõe de setor de epidemiologia e informação em saúde animal implantado, com pessoal capacitado, porém ainda insuficiente para atender plenamente as atribuições necessárias. Houve treinamento para uso do e-SISBRAVET e seu uso está sendo gradativamente ampliado e estabelecido nas UVLs. A maioria das notificações e ocorrências é registrada nos prazos determinados. Os registros das notificações e ocorrências da maioria das doenças das categorias 1, 2 e 3 apresentam algumas não conformidades esporádicas . Há boa verificação e acompanhamento dos registros, capacidade de orientar oportunamente com correções obtidas com pouco atraso, pela UC. Há elaboração de análises ou relatórios de dados zoossanitários, de forma esporádica pela UC.</p>	<p>5. As ocorrências são acompanhadas por meio de atendimentos frequentes e são encerradas de forma oportuna e com a inclusão de laudos e outros documentos necessários?</p> <p>6. O SVE elabora relatórios de análise da vigilância passiva?-Utiliza os dados da exportação do e-SISBRAVET para elaboração de relatórios e análises? Qual a frequência, objetivo e público-alvo?</p>

<p>Capacidade do serviço veterinário em organizar e observar os fluxos estabelecidos de informações epidemiológicas e realizar análises que subsidiem a gestão zoossanitária</p>	<p>4 O SV dispõe de setor de informação e epidemiologia implantado, organizado e com pessoal bem capacitado, suficiente para atender a maior parte das atribuições necessárias. Houve amplo treinamento para uso do e-SISBRAVET e seu uso está estabelecido na maioria das UVLs. A maioria das notificações e ocorrências é registrada nos prazos determinados. Os registros das notificações e ocorrências das doenças das categorias 1, 2 e 3 apresentam poucas não conformidades. Verificação e acompanhamento sistemático dos registros, capacidade de orientar e obter correções oportunas, pela UC. Há elaboração rotineira de análises ou relatórios de dados zoossanitários pela UC. Utiliza apoio de especialistas de forma esporádica para análises e pesquisas epidemiológicas.</p>	<p><i>Consultar Sumário anual de indicadores da qualidade dos SV</i></p> <p><i>Relatório CEPI/CGVSA será um anexo do relatório</i></p>
	<p>5 O SV dispõe de setor de epidemiologia e informação em saúde animal implantado, organizado e com pessoal bem capacitado, suficiente para atender plenamente as atribuições necessárias. Houve amplo treinamento para uso do e-SISBRAVET e seu uso está estabelecido em todas as UVLs. As notificações e ocorrências são registradas nos prazos determinados. Os registros das notificações e ocorrências das doenças das categorias 1, 2 e 3 são adequados. Verificação e acompanhamento sistemático e eficiente dos registros, capacidade de orientar oportunamente em todas as situações e obter eventuais correções imediatas, pela UC. Há elaboração rotineira de análises ou relatórios de dados zoossanitários. Utiliza suporte técnico-científico continuamente para análises e pesquisas epidemiológicas.</p>	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	1 Não há estudo de prevalência para brucelose e para tuberculose e o programa de vacinação contra brucelose não está implantado na UF.	Informação de pré-auditoria (DISR):
2.4.2. PNCEBT	2 Há estudo de prevalência para brucelose e/ou para tuberculose. Não são realizadas as ações obrigatórias para brucelose e/ou o programa de vacinação não está implantado e não são realizadas as ações obrigatórias para tuberculose.	<ul style="list-style-type: none"> • Possui estudo de prevalência? Há mais de um estudo ? Houve queda significativa da prevalência entre estudos? • Possui um programa de vacinação implantado?
	3 Há estudo de prevalência para brucelose e para tuberculose. São realizadas as ações obrigatórias para brucelose e para tuberculose. Nas UFs com prevalência de brucelose $\geq 2\%$ o programa de vacinação está implantado; nas UFs com prevalência de brucelose abaixo de 2% não há detecção e saneamento obrigatório de focos, previsto em legislação estadual, a partir de alguma ação de vigilância.	<ul style="list-style-type: none"> • Qual índice de vacinação contra brucelose? • Quantidade de casos e focos de brucelose e tuberculose. <p>Programa de vacinação implantado: com índices vacinais de pelo menos 60%, demonstrando estabilidade ou aumento gradual, no período de pelo menos 5 anos.</p>
Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças	4 Há estudo de prevalência para brucelose. São realizadas ações obrigatórias para brucelose. Nas UF com prevalência acima de 5%, o índice de vacinação está acima de 80%; Nas UF com prevalência entre 2% e 5%, o índice de vacinação está acima de 80% e/ou há detecção e saneamento obrigatório de focos, previsto em legislação estadual, a partir de alguma ação de vigilância, porém, nem todos os focos são saneados ou estão em processo de saneamento; Nas UF com prevalência abaixo de 2%, há detecção e saneamento obrigatório de focos, previsto em legislação estadual, a partir de alguma ação de vigilância, porém, nem todos os focos são saneados ou estão em processo de saneamento. Há estudo de prevalência para tuberculose. São realizadas as ações obrigatórias para tuberculose. Realiza detecção e saneamento obrigatório de focos, previsto em legislação estadual, porém, nem todos os focos são saneados ou estão em processo de saneamento.	<p><u>Ações obrigatórias do PNCEBT:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • bloqueio efetivo da emissão de GTA para propriedades inadimplentes com a vacinação contra brucelose; • exigência de exames negativos para: <ul style="list-style-type: none"> a. trânsito interestadual para finalidade de reprodução; b. trânsito com finalidade de aglomerações (exceto feira, esporte e leilão de rebanho geral); (ver controle de eventos) • eliminação de animais positivos notificados. Em caso positivo, informar onde são eliminados (SIF, SIE, SIM ou propriedade). <p>1. O controle sobre a declaração da vacinação contra brucelose é adequado? (UFs que vacinam)</p>

	<p>5</p> <p>Há estudo de prevalência para brucelose. São realizadas ações obrigatórias para brucelose. Nas UF com prevalência acima de 5%, o índice de vacinação está acima de 80% e há mais de um estudo que demonstra queda significativa da prevalência; Nas UF com prevalência entre 2% e 5%, o índice de vacinação está acima de 80% e/ou há detecção e saneamento obrigatório de focos com indenização, previsto em legislação estadual, a partir de alguma ação de vigilância, e os focos são saneados ou estão em processo de saneamento; Nas UF com prevalência abaixo de 2%, realiza detecção e saneamento obrigatório de focos com indenização, previsto em legislação estadual, a partir de alguma ação de vigilância, e os focos são saneados ou estão em processo de saneamento. Existem ações de incentivo à certificação de propriedades livres de brucelose. Há estudo de prevalência para tuberculose. São realizadas as ações obrigatórias para tuberculose. Há detecção e saneamento obrigatório de focos com indenização, previsto em legislação estadual, e os focos são saneados ou estão em processo de saneamento. Existem ações de incentivo à certificação de propriedades livres de tuberculose.</p>	<p>2. Fiscaliza propriedades inadimplentes com a vacinação contra brucelose? Há previsão legal para penalização?(UFs que vacinam)</p> <p>3. São realizadas ações de vigilância para detecção de focos (ex.: exames em gado leiteiro, em recepção de laticínios, achados de abate/lesões sugestivas em frigorífico)?</p> <p>Estas ações têm importância para as UFs com prevalência entre 2% e 5% e abaixo de 2%, informação necessária para avaliar se há detecção e saneamento obrigatório de focos, a partir de alguma ação de vigilância ativa.</p> <p>4. Os focos são saneados obrigatoriamente? Há indenização ou compensação ?</p> <p>5. Existem propriedades certificadas? Planeja e executa ações regulares de incentivo à certificação de propriedades livres de brucelose?</p>

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	1 O SV não dispõe de mecanismos eficientes e tempestivos para diagnóstico da raiva. Não há cadastro de abrigos.	
2.4.3. PNCRH	2 O SV não dispõe de mecanismos eficientes e tempestivos para diagnóstico da raiva. Há cadastro de abrigos, mas não há monitoramento.	1. Os abrigos estão geolocalizados, mapeados e há histórico de monitoramento para cada um? Há atividades de monitoramento de abrigos e captura de morcegos?
	3 O SV dispõe de mecanismos eficientes e tempestivos para diagnóstico da raiva. Há cadastro de abrigo e há monitoramento destes de forma parcial. Há material adequado para atendimento de suspeita.	2. Há material adequado para o atendimento de síndromes nervosas (material de necropsia apropriado para retirada do encéfalo)? 3. Os servidores que atuam no programa estão com a profilaxia atualizada contra a raiva (vacina e titulação)?
Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças	4 O SV dispõe de mecanismos eficientes e tempestivos para diagnóstico da raiva. Há cadastro de abrigo, e há atividade de monitoramento estratégico. Há material adequado para atendimento de suspeita. Possuem formalização do fluxo de informações com Secretaria de Saúde (municipal ou estadual) e há interação esporádica para atividades conjuntas.	4. As ações perifocais são realizadas (checar os termos de vigilância, notificações)? 5. Há análise regular da existência de áreas com silêncio epidemiológico na UF (áreas com evidências de presença de abrigos e MH, de suscetíveis porém com ausência ou baixa notificação/ocorrência)?
	5 O SV dispõe de mecanismos eficientes e tempestivos para diagnóstico da raiva: Há cadastro de abrigo e há atividade de monitoramento estratégico. Há material adequado para atendimento de suspeita. Possuem formalização do fluxo de informações com Secretaria de Saúde (municipal ou estadual) e a interação para atividades conjuntas é frequente. Há identificação e ações voltadas para as áreas silenciosas.	6. Há análise de informações sobre a vacinação contra raiva na UF?

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1</p> <p>O SV não realiza segregação, remoção e destinação de MRE nos estabelecimentos de abate de ruminantes sob SIE. O SV não realiza vigilância ativa da alimentação de ruminantes e não encaminha amostras negativas para raiva (de ruminantes susceptíveis) para diagnóstico de EET.</p>	<p>1. Há evidências da implementação de medidas para mitigação de risco para EEB nos matadouros sob SIE (Port. 447/2021)</p>
<p>2.4.4. PNEEB</p>	<p>2</p> <p>O SV não realiza segregação, remoção e destinação de MRE nos estabelecimentos de abate de ruminantes sob SIE. O SV realiza, esporadicamente, vigilância ativa da alimentação dos ruminantes, mas as fiscalizações não são direcionadas a áreas de risco e encaminha parte das amostras de ruminantes susceptíveis negativas para raiva ao diagnóstico de EET.</p>	<p>2. Qual proporção de amostras testadas para as EET em relação ao total de amostras negativas para raiva em ruminantes susceptíveis</p>
<p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OMSA e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	<p>3</p> <p>O SV realiza segregação, remoção e destinação de MRE nos estabelecimentos de abate de ruminantes sob SIE. O SV realiza, rotineiramente, vigilância ativa da alimentação dos ruminantes sem direcionamento para áreas de risco com cumprimento parcial das metas e encaminha a maioria das amostras de ruminantes susceptíveis negativas para raiva ao diagnóstico de EET.</p>	<p>3. Há fiscalizações de alimentos para ruminantes (cama de aviário e outros POA) em propriedades com fatores de risco ou em municípios ou áreas de risco? (avaliar se estão sendo selecionadas propriedades com fatores de risco associados : criação de bovinos confinados e semiconfinados em regiões com disponibilidade de cama de aviário, ou com exploração de suínos na mesma propriedade). Verificar identificação individual ou coletiva dos animais expostos ao alimento, interdição, encaminhamento ao abate no prazo estabelecido, etc.</p>
	<p>4</p> <p>O SV realiza segregação, remoção e destinação de MRE nos estabelecimentos de abate de ruminantes sob SIE. O SV possui metas para execução de vigilância ativa da alimentação dos ruminantes susceptíveis direcionadas para áreas de risco com cumprimento total das metas, e encaminha todas as amostras de ruminantes negativas para raiva ao diagnóstico de EET.. Possui legislação estadual estabelecendo penalidades para o uso de alimentos proibidos para ruminantes.</p>	<p>4. Possui legislação estadual estabelecendo penalidades para o uso de alimentos proibidos para ruminantes?</p> <p>5. há iniciativas para que as ações de remoção de MRE sejam realizadas nos estabelecimentos sob SIM?</p>
	<p>5</p> <p>O SV realiza segregação, remoção e destinação de MRE nos estabelecimentos de abate de ruminantes sob SIE e há iniciativas para que estas ações sejam realizadas nos estabelecimentos sob SIM. O SV possui metas para execução de vigilância ativa da alimentação dos ruminantes susceptíveis direcionadas para áreas de risco com cumprimento total das metas, e encaminha todas as amostras de ruminantes negativas para raiva ao diagnóstico de EET.. Possui legislação estadual estabelecendo penalidades para o uso de alimentos proibidos para ruminantes.</p>	<p>Obs.: <i>Ruminantes susceptíveis</i> são bovinos acima de 24 meses e pequenos ruminantes acima de 12 meses de idade, negativos ao diagnóstico de raiva.</p>

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	1 Ações de vigilância são incipientes e não há controle adequado para as etapas de vacinação (ZLCV).	1. Verificar validação das coordenadas das propriedades de animais suscetíveis (pré-auditoria: DIVIG informa o % validado)
2.4.5. PNEFA	2 Não há planejamento das ações de vigilância com base na análise semestral das etapas de vacinação (ZLCV) e/ou dos componentes do sistema de vigilância. Há deficiências em sua execução e acompanhamento.	2. O planejamento das ações de vigilância considera as 4 análises anuais a serem realizadas e fatores de risco do Plano de Vigilância para a FA? (<i>vigilância a partir de notificações; vigilância em eventos de aglomeração; vigilância em abatedouros e vigilância em propriedades</i>). <i>Propriedades: vigilância em 2% de propr. por município/semestre (estados que vacinam é de 1% de vigilância em propr. durante as etapas, mais 1% fora das etapas/ município/; e para os estados não praticam vacinação é de 2%</i>
Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para erradicar e prevenir a febre aftosa	3 Há um planejamento das ações de vigilância a serem executadas, com registros adequados, tendo como base a análise semestral das etapas de vacinação (ZLCV) e anual de alguns dos componentes do sistema de vigilância com retorno às Regionais, UVL e setor produtivo. Há deficiências em sua execução e acompanhamento. Deve possuir cadastro consolidado, atualizado rotineiramente e geolocalizado (acima de 80%), de pelo menos, bovinos e bubalinos.	em propr. durante as etapas, mais 1% fora das etapas/ município/; e para os estados não praticam vacinação é de 2% /município/semestre. Quais os controles e procedimentos para consolidação dos dados e execução das análises do sist. de vigilância? (pré-auditoria: Difa informará análises da UF).
	4 Há um planejamento das ações de vigilância a serem executadas, com registros adequados, tendo como base a análise semestral das etapas de vacinação (ZLCV) e dos quatro componentes do sistema de vigilância com retorno às Regionais, UVL e setor produtivo (equipe gestora estadual) com discussão, registro e implantação de melhorias para a etapa e vigilância do ano seguinte. Há poucas deficiências em sua execução e acompanhamento. Deve possuir cadastro consolidado, atualizado rotineiramente e geolocalizado (acima de 80%) de todas as espécies suscetíveis à febre aftosa.	2.1 Verificar se análises foram compartilhadas com as URs, UVLs e partes interessadas (equipe gestora). (pré-auditoria: links de acesso aos vídeos das análises e indicadores). 3. O planejamento das ações de vacinação considera análises prévias? (<i>A cada etapa, o SV deve analisar os indicadores previstos e discutir com partes interessadas e estruturar estratégias para melhorar na etapa seguinte.</i>) Quais controles e procedimentos para consolidação dos dados e execução das análises? (pré-auditoria: DIVIG 1 informará as análises da UF).
	5 Há um planejamento das ações de vigilância a serem executadas, com registros adequados, tendo como base a análise semestral das etapas de vacinação (ZLCV) e dos quatro componentes do sistema de vigilância com retorno às Regionais, UVL e setor produtivo (equipe gestora estadual) com discussão, registro e implantação de melhorias para a etapa e vigilância do ano seguinte. Há poucas deficiências em sua execução e acompanhamento. Deve possuir cadastro consolidado, atualizado rotineiramente e geolocalizado (acima de 80%) de todas as espécies suscetíveis à febre aftosa. Nos últimos três anos foi realizado/atualizado o estudo de identificação de áreas de risco e da identificação de propriedades "hubs" que direcionam o planejamento e a execução das ações de vigilância, com registros adequados.	3.1 Verificar se análises foram compartilhadas com as URs, UVLs e partes interessadas (equipe gestora). (pré-auditoria: links). 4. Existe análise da rede de movimentação (<i>hub</i>) e estudo de identificação de áreas de risco? (pré-auditoria: DIVIG informa) 4.1 Verificar se foram compartilhadas com as URs e UVLs e se os veterinários possuem conhecimento das propriedades e áreas de risco identificadas na sua região. 5. Os dados das UVLs coincidem com os informados ao MAPA? (pré-auditoria: dados da vigilância e vacinação). Verificar <i>in loco</i> . OBS: Relatório da DIVIG I/CDVIG será anexado ao relatório

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 Base cadastral incompleta, desatualizada. Menos de 50% das granjas comerciais estão registradas. Não realiza bloqueio de novos alojamentos de aves em estabelecimentos não registrados. Ações de vigilância de SRN incipientes . Não acompanha as ações de monitoramento de ocorrência salmonella em aves comerciais de corte, se aplicável, e não acompanha ações para certificação sanitária de salmonella e micoplasma em aves de reprodução, se aplicável.</p>	<p>1. A base cadastral de estabelecimentos avícolas está atualizada, estratificada por categoria e espécie, nº de núcleos, nº de galpões, capac. de alojamento e geolocalização? (pré-auditoria)</p> <p>2. Qual o % de estab. avícolas comerciais registrados, dos cadastrados e qualificados para registro (acima de 1000 aves)? (pré-auditoria) Realiza bloqueio de novos alojamentos para granjas que não atendam à legislação (não tem protocolo de solicitação de registro; ou protocolaram, mas a fiscalização considerou inaptas; ou estão fora do prazo de 30 dias para realizar adequações após fiscalização)?</p>
2.4.6. PNSA	<p>2 Base cadastral desatualizada. Entre 51% e 60% das granjas comerciais estão registradas. Realiza bloqueio de novos alojamentos de aves em parte dos estabelecimentos não registrados. Ações de vigilância passiva de SRN realizadas com falhas que prejudicam a investigação. Cumpre parcialmente as metas de vigilância ativa de IA e DNC. Acompanha parcialmente as ações de monitoramento de ocorrência de salmonella em aves comerciais de corte, se aplicável, e acompanha parcialmente as ações para certificação sanitária de salmonella e micoplasma em aves de reprodução, se aplicável.</p>	<p>3. O SV atende às notificações de suspeita de SRN (IA e DNC) dentro do prazo de até 12h?</p> <p>4. Vigilância ativa para IA e DNC ? (Desempenho no plano de vigilância - base de dados, prazos, qualidade de amostras, envios)</p> <p>5. Monitora a vigilância para certificação de salmonelas e micoplasmas em estab. de reprodução? (acompanha coletas realizadas pelo RT e /ou acompanha medidas de saneamento em lotes positivos - granjas e incubatórios)?</p>
Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças	<p>3 Base cadastral atualizada. Entre 61 e 80% das granjas comerciais estão registradas. Realiza bloqueio de novos alojamentos de aves em estabelecimentos não registrados. Ações de vigilância passiva de SRN realizadas com algumas falhas que não prejudicam a investigação. Cumpre as metas de vigilância ativa de IA e DNC, com algumas falhas. Acompanha as ações de monitoramento de ocorrências de salmonella em aves comerciais de corte, se aplicável, e acompanha ações para certificação sanitária de salmonella e micoplasma em aves de reprodução, se aplicável. Realiza cadastro de de pontos de risco para a avicultura.</p>	<p>6. Mantém controle de informações sobre pesquisa de salmonelas em aves de corte (IN 20/2016)? Recebe resultados positivos dos lab. credenciados ou próprios? Monitora execução de procedimentos quando da positividade (S. Typhimurium, S. Enteritidis, S. Gallinarum, S. Pullorum e salmonelas monofásicas)? Realiza as ações de responsabilidade do SVO (emissão de GTAI, avaliação e providências sobre informações prestadas pela empresa)?</p> <p>7. Tem cadastro de pontos de risco (sítios de aves migratórias, locais de aglomerações de aves, zoológicos, assentamentos,</p>

	<p>4 Base cadastral atualizada. Entre 81 e 90% das granjas comerciais estão registradas. Realiza bloqueio no sistema informatizado de novos alojamento de aves em estabelecimentos não registrados. Ações adequadas de vigilância passiva de SRN . Cumpre as metas de vigilância ativa de IA e DNC. Acompanha as ações de monitoramento de ocorrência e de testagem de salmonella em aves comerciais de corte, se aplicável, e acompanha ações para certificação sanitária de salmonella e micoplasma em aves de reprodução, se aplicável. Realiza cadastro de pontos de risco para a avicultura com eventual fiscalização em estabelecimentos que comercializam aves vivas.</p>	<p>estabelecimentos que comercializam aves vivas)? mantém interação com os responsáveis pelos locais de risco?</p> <p>8. Estabelecimentos de aves vivas são fiscalizados conforme procedimento estabelecido pelo SVE?</p>
	<p>5 Base cadastral atualizada. Mais de 91% das granjas comerciais estão registradas. Realiza bloqueio no sistema informatizado de novos alojamento de aves em estabelecimentos não registrados. Ações adequadas de vigilância passiva de SRN. Cumpre as metas de vigilância ativa de IA e DNC. Acompanha as ações de monitoramento de ocorrências e de testagem para salmonella em aves comerciais de corte, se aplicável, e acompanha as ações para certificação sanitária de salmonella e micoplasma em aves de reprodução, se aplicável. Realiza cadastro de pontos de risco para avicultura e fiscaliza estabelecimentos que comercializam aves vivas, conforme procedimentos estaduais instituídos.</p>	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço		Fontes de verificação
	1	Não há cadastro de estabelecimentos de criação e controle de movimentação de pequenos ruminantes na UF.	<p>1. Verificar sobre pequenos ruminantes no item cadastro.</p> <p>2. Verificar sobre pequenos ruminantes no item controle de movimentação</p> <p>3. Há programa estadual de sanidade implantado com diretrizes de vigilância para doenças de caprinos e/ou ovinos?</p> <p>4. Interação: Ver sobre pequenos ruminantes no item interação com as partes interessadas</p>
2.4.7. PNSCO	2	Há cadastro e controle de movimentação com deficiências.	
Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças	3	Há cadastro e controle de movimentação adequados.	
	4	Há programa estadual para sanidade de caprinos e ovinos implantado, com legislação própria e ações específicas de vigilância.	
	5	Há cadastro e controle de movimentação adequados. Há programa estadual para sanidade de caprinos e ovinos implantado, com legislação própria e ações específicas de vigilância. O programa interage com os atores e instituições para a melhoria das ações do programa.	

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	1 Há deficiências expressivas de cadastro, controle de movimentação e fiscalização de eventos equestres. Não há investigação e saneamento de focos.	
2.4.8. PNSE	2 Há deficiências de cadastro, controle de movimentação e fiscalização de eventos equestres. Há poucas investigações e o saneamento de focos não ocorre de forma satisfatória e tempestiva.	1. Existe um cadastro significativo de equídeos em propriedades sem bovinos? Como é realizada a atualização cadastral nestas? Há busca ativa de novos cadastros?
	3 Há cadastro específico com busca de propriedades com equinos. Há controle da movimentação e fiscalização dos eventos equestres com alguma deficiência. A maior parte das investigações e do saneamento dos focos ocorre de forma satisfatória e tempestiva.	2. Para avaliar se há o controle de movimentação, avaliar itens anteriores (emissão de GTA para equinos (via sistema ou manual), cadastro representativo, busca ativa, etc. 3. Ver item de notificações sobre atenção a focos 4. Qual o percentual de focos com desinterdição dentro dos critérios da legislação federal (2 exames consecutivos de toda a tropa, com intervalo de 30-60 dias para AIE e 21-30 dias para Mormo) (informação pré-auditoria e SISBRAVET)
Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças	4 Há cadastro consolidado, atualizado rotineiramente e com coordenadas geográficas. Há controle e fiscalização adequados da movimentação e dos eventos equestres. Há análises sobre movimentação intra e interestadual, caracterização dos sistemas de produção, criação e comercialização de equídeos, incluindo sua distribuição espacial. As notificações das doenças alvo do PNSE são investigadas adequadamente e os focos são saneados de forma satisfatória e tempestiva.	5. Iniciaram ou possuem levantamento de dados para os estudos para caracterização epidemiológica do Mormo? (análise de movimentação intra e interestadual, cadastro e caracterização dos sistemas de produção, criação e comercialização de equídeos, e locais de aglomeração incluindo sua distribuição espacial)
	5 Há cadastro consolidado, atualizado rotineiramente e com coordenadas geográficas. Há controle e fiscalização adequados da movimentação e dos eventos equestres. Há análises sobre movimentação intra e interestadual, caracterização dos sistemas de produção, criação e comercialização de equídeos, incluindo sua distribuição espacial. As notificações das doenças alvo do PNSE são investigadas adequadamente e os focos são saneados de forma satisfatória e tempestiva. São realizadas análise e caracterização epidemiológica referentes às principais doenças.	(Referência: IN 06 de 16 de janeiro de 2018) 6. O SVE realizou estudos epidemiológicos para AIE e/ou mormo? Em caso positivo, os resultados foram utilizados para orientação de ações de prevenção e controle?

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 Não possui cadastro do sistema produtivo de suínos, não realiza ações junto a Depósitos de Resíduos Sólidos Urbanos - DRSU e ações do Plano de Vigilância</p>	<p>ZONA LIVRE de PSC: Aplica o Plano Integrado de Vigilância de Doenças de Suínos.</p>
<p>2.4.9. PNSS</p>	<p>2 Possui cadastro deficiente do sistema produtivo de suínos. Não realiza ações junto a DRSU ou essas são incipientes. Apenas parte das ações do Plano Integrado de Vigilância é executada e com deficiências.</p>	<p>1- O cadastro do sistema produtivo de suínos inclui: suínos tecnificados e não tecnificados, abatedouros e Depósito de Resíduos Sólidos Urbanos - DRSU? (ver completude e abrangência do cadastro (parte em pré-auditoria)</p> <p>2- O cadastro de suínos está caracterizado conforme o Plano Integrado e possui classificação, tipificação e finalidade?</p>
<p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	<p>3 Possui cadastro adequado do sistema produtivo dos suínos com poucas deficiências. Realiza a maioria das ações planejadas junto a DRSU assim como das ações do Plano Integrado de Vigilância, com poucas deficiências.</p>	<p>3- São feitas fiscalizações em DRSU? Há metas de fiscalização? Verificar o % de lixões e aterros fiscalizados/cadastrados e periodicidade? Há registros da presença de suínos e de ações adotadas para retirada? (inf. pré-auditoria e planilha de gestão)</p>
	<p>4 Possui cadastro adequado do sistema produtivo de suínos. Executa adequadamente as ações planejadas junto a DRSU e ações do Plano Integrado de Vigilância.</p>	<p>4- Os componentes: <i>1- Vigilância sorológica baseada em risco e 2- Inspeções em estabelecimentos de criação</i> são executados de acordo com o plano amostral e critérios do Plano e documentos complementares? (O PNSS disponibilizará relatório de prazos, envio de amostras, critérios para substituição, qualidade de amostras e formulários) Os critérios de risco para seleção de propriedades estão sendo observados? A execução dos procedimentos de investigação complementar está adequada?)</p>
	<p>5 Possui cadastro adequado do sistema produtivo de suínos. Executa adequadamente as ações planejadas junto a DRSU e ações do Plano Integrado de Vigilância. Possui regulamentação de temas específicos para sanidade de suínos. A capacitação abrange outra(s) doenças de interesse na suinocultura (além de PSC, PSA e PRSS).</p>	<p>5- Componente <i>5- Vigilância sorológica em suínos asselvajados</i>, o SV tem cadastro atualizado e treinamentos para os Agentes de Manejo Populacional (colheita de soro e notificação de doenças)? Quantos agentes cadastrados e quantos treinados? Qual a periodicidade dos treinamentos? (previsto no Plano Integrado).</p> <p>6- O OESA tem conhecimento sobre a existência e distribuição de suínos asselvajados? O SV busca atualizar essa informação? O SV realiza análises da distribuição de asselvajados em relação à atuação dos agentes de manejo e recebimento de amostras? (Conforme previsto no Plano Integrado).</p>

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 Não possui caracterização do sistema produtivo de suínos, fiscalização (propriedades e DRSU) e vigilância para doenças dos suínos ausentes. Não existem iniciativas para implantação do Plano Estratégico Brasil Livre de PSC.</p>	<p>ZONA NÃO LIVRE: Aplica o Plano Estratégico Brasil Livre de PSC.</p>
<p>2.4.9. PNSS</p>	<p>2 Possui caracterização deficiente do sistema produtivo de suínos, fiscalização (propriedades e DSRU) e vigilância para doenças dos suínos deficientes. Não existem iniciativas para implantação do Plano Estratégico Brasil Livre de PSC.</p>	<p>1. O cadastro do sistema produtivo de suínos inclui: suínos tecnificados e não tecnificados, abatedouros e Depósito de Resíduos Sólidos Urbanos - DRSU? Ver completude e abrangência do cadastro (parte em pré-auditoria).</p>
	<p>3 Possui caracterização adequada do sistema produtivo de suínos, fiscalização (propriedades e DSRU) e vigilância para doenças dos suínos com algumas deficiências. Existem algumas iniciativas para implantação do Plano Estratégico Brasil Livre de PSC.</p>	<p>2. Há metas de fiscalização em propriedades com suínos? Qual a execução? São feitas orientações de biosseguridade?</p> <p>3. São feitas fiscalizações em DRSU? Há metas de fiscalização? Verificar o % de lixões e aterros fiscalizados/cadastrados e periodicidade? Há registros da presença de suínos e de ações adotadas para retirada? (inf. pré-auditoria e planilha de gestão)</p>
<p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona livre de determinadas doenças</p>	<p>4 Possui caracterização do sistema produtivo de suínos, fiscalização (propriedades e DSRU) e vigilância para doenças dos suínos adequadas. Interage com demais atores envolvidos. O Plano Estratégico Brasil Livre de PSC está em execução.</p>	<p>4. Foi formalmente oficializado o compromisso com a execução do PE Brasil Livre de PSC? (Institucionalização, Sustentação financeira e Fortalecimento das capacidades do SVO)</p> <p>5. A Equipe Gestora Estadual foi instituída? Possui representantes de todos os setores envolvidos? Realiza reuniões regulares para a avaliação e operacionalização do Plano?</p>
	<p>5 Possui caracterização do sistema produtivo de suínos, fiscalização (propriedades e DSRU) e vigilância para doenças dos suínos consolidadas. Interage com demais atores envolvidos. Possui regulamentação de temas regionais e legislações específicas para sanidade dos suínos. Há capacitação e disponibilização de informações para doenças exóticas de interesse da suinocultura. O Plano Estratégico Brasil Livre de PSC está em execução e existe previsão de avanço para a fase de consolidação.</p>	<p>8. O Plano estadual foi desenvolvido e aprovado pela Equipe Gestora Nacional e demais setores envolvidos?</p> <p>9. O SVE está apto a executar as atividades previstas no Plano estadual, já com a disponibilidade de equipamentos e insumos?</p> <p>10. Foram definidas metas para a execução e acompanhamento das ações e atividades descritas no Plano estadual?</p>

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 A estrutura (estruturaração) necessária para o funcionamento do PNCMB não foi iniciada e o risco à saúde dos consumidores de moluscos bivalves é totalmente desconhecido.</p>	
2.4.10. PNCMB	<p>2 A estrutura necessária para o funcionamento do PNCMB está parcialmente estabelecida com deficiências na execução do plano amostral por falhas operacionais ou ausência de capacidade diagnóstica.</p>	<p>Aplicável a UF's com áreas de cultivo de moluscos - informação pré-auditoria</p> <p>1. As áreas aquícolas licitadas para cultivo ou extrativismo de moluscos bivalves estão cadastradas no OESA?</p>
	<p>3 A estrutura necessária para o funcionamento do PNCMB está parcialmente estabelecida com algumas deficiências na execução do plano amostral e com total capacidade diagnóstica, porém não há inspeção sanitária e/ou garantias de rastreabilidade em relação ao produto final.</p>	<p>2. Foram definidos pontos de coleta e áreas de monitoramento de contaminantes?</p> <p>3. A periodicidade das amostragens de m. bivalves e de água respeita a frequência quinzenal?</p>
<p>Autoridade do SV em realizar a vigilância ativa de ficotoxinas e microrganismos patogênicos de importância para a saúde pública em moluscos bivalves destinados à alimentação humana.</p>	<p>4 A estrutura necessária para o funcionamento do PNCMB está estabelecida sem deficiências na execução do plano amostral e com capacidade diagnóstica, há inspeção sanitária e garantias de rastreabilidade em relação ao produto final. Entretanto, existem falhas na comunicação de risco e ou ausência de integração com outros órgãos locais, comprometendo a transparência quanto à qualidade do produto final.</p>	<p>4. Há capacidade laboratorial para diagnóstico? Há fluxo estabelecido para envio, processamento de amostras e comunicação de diagnóstico?</p>
	<p>5 A estrutura necessária para o funcionamento do PNCMB está estabelecida sem deficiências na execução do plano amostral e com capacidade diagnóstica, há inspeção sanitária e garantias de rastreabilidade em relação ao produto final. Há adequada comunicação de risco em casos de detecção de inconformidades, transparência quanto à qualidade do produto final e integração com órgãos para investigação de notificações de casos humanos de intoxicação.</p>	<p>5. As interdições de áreas de monitoramento são feitas tempestivamente, evitando que a matéria-prima contaminada chegue aos consumidores? É feita adequada comunicação de risco em conjunto com a vigilância sanitária quando resultados não conformes são identificados?</p>

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 Não há cadastro e controle da movimentação de animais aquáticos.</p>	<p>1. Há responsável pelo Programa formalmente designado no SV?</p> <p>2. Há técnicos capacitados para a execução do Programa?</p> <p>3. Cadastro de animais aquáticos. Ver item 2.3.2</p>
<p>2.4.11. Aquicultura com Sanidade</p>	<p>2 Há cadastro e controle de movimentação deficientes.</p>	<p>4. O SV executa busca ativa de cadastro produção de aquáticos junto ao sistema produtivo? (Serviço de inspeção oficial, órgãos de extensão rural, associações, fornecedores das formas jovens, etc.) O cadastro é compatível com a produção aquícola do estado? (Pré-auditoria). O cadastro contempla as espécies relevantes no estado? Quais são as espécies mais importantes?</p>
<p>Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças de interesse nacional e da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças</p>	<p>3 Há cadastro e controle de movimentação adequados.</p>	<p>5. As exigências para abertura de cadastro possibilitam boa caracterização dos estabelecimentos produtores? (geolocalização, volume de produção, número de tanques, espécies produzidas, fases da produção, tipo de produção).</p>
	<p>4 Há cadastro, controle de movimentação adequados e atividades de vigilância com algumas deficiências.</p>	<p>6. Controle de trânsito de animais aquáticos. Ver item 2.3.3</p> <p>7. Há ações de fiscalização ou vigilância em animais aquáticos?</p>
	<p>5 Há cadastro, controle de movimentação e atividades de vigilância adequados demonstrando a efetividade das ações, os dados são analisados e servem de base para inovações e incrementos progressivos. O programa interage com os atores e instituições para a obtenção de resultados.</p>	<p>8. O SV realiza análise dos dados de cadastro, movimentação e vigilância para direcionamento de ações, inovações e incrementos progressivos?</p> <p>9. Legislação em relação ao Programa - Ver Item 2.2.1</p> <p>10. Há interação com associações, atores e instituições do setor?</p>

2.4. Prevenção, controle e erradicação de doenças	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	1 Não possui cadastro de apiários e meliponários. Não é realizado o controle de movimentação para colmeias e rainhas. Não possui equipes treinadas com EPI adequado para atendimento de suspeitas	1. O cadastro de apiários e meliponários no SV é compatível com a produção apícola e dados de associações, federações de apicultura, serviços de inspeção, etc. (pré-auditoria)
2.4.12. PNSAb	2 Possui cadastro de apiários e meliponários incipiente. Não é realizado o controle de movimentação para colmeias e rainhas. Não possui equipes treinadas com EPI adequado para atendimento de suspeitas.	2. Executa a busca ativa de cadastro junto às fontes de informação do sistema produtivo? (serviço de inspeção oficial, órgãos de extensão rural, associações, etc.)
	3 Possui cadastro de apiários e meliponários incompleto ou desatualizado. É realizado o controle incipiente de movimentação de colmeias e rainhas. Possui equipes treinadas com EPI adequado e realiza atendimento de suspeitas.	3. Há estabelecimentos que beneficiem produtos de abelhas e derivados registrados junto ao SIE? É obrigatório o cadastro no SV de apicultores que fornecem mel nesses estabelecimentos? 4. É realizada a emissão de GTA para movimentação de colmeias e rainhas? Ver item 2.3.3.
Autoridade e capacidade do SV em ativamente executar ações para prevenir, controlar ou erradicar as doenças da lista da OIE e/ou demonstrar que o estado ou a zona é livre de determinadas doenças	4 Possui cadastro de apiários e meliponários atualizado. É realizado o controle da movimentação de colmeias e rainhas. Possui equipes treinadas com EPI adequado e realiza atendimento de suspeitas. Realiza vigilância ativa com metas estabelecidas. O SVE interage com os atores e instituições ligados à apicultura e à meliponicultura.	O nº de GTAs é compatível com o cadastro e fluxo migratório? (polinização, floração). 5. O SV tem conhecimento do fluxo migratório de colmeias?
	5 Possui cadastro de apiários e meliponários atualizado. É realizado o controle de movimentação de colmeias e rainhas. Possui equipes treinadas com EPI adequado e realiza atendimento de suspeitas. Há um diagnóstico de situação para direcionamento da vigilância ativa com metas estabelecidas. O SVE interage com os atores e instituições ligados à apicultura e meliponicultura, promovendo estudos e desenvolvimento de pesquisas em sanidade de abelhas.	6. Executa alguma ação de vigilância para as doenças das abelhas? Como são direcionadas as ações? Existem metas e estão sendo cumpridas? 7. O SVE conta com EPIs e servidores capacitados para executar atividades em apiários e meliponários? 8. Atendimento a notificações - ver item 2.3.8 e 2.3.9

3.1. Interação com a comunidade	Níveis de avanço		Fontes de verificação
3.1.1. Educação em saúde animal e comunicação social	1	O SV não dispõe de setor responsável e não executa ações de educação em saúde animal e comunicação social.	1. Há setor responsável para desenvolver e coordenar ações e projetos de educação e comunicação em saúde animal?
Capacidade do SV de manter informadas às partes interessadas, em tempo e de forma transparente e efetiva, em relação às atividades e programas sob sua atribuição e à evolução dos temas de saúde animal, bem estar animal e segurança alimentar	2	O SV não dispõe de um setor responsável, entretanto desenvolve ações planejadas esporádicas de educação em saúde animal e comunicação social.	2. Os materiais produzidos (mídias, álbuns seriados, banners, cartazes, folders, cartilhas) são atualizados, estando disponíveis nas UVLs, website e nas redes sociais, para distribuição de forma regular.
	3	O SV dispõe de um setor responsável e confecciona material sobre educação em saúde animal e comunicação social ofertado de forma irregular. São executadas ações planejadas de educação em saúde animal para as principais doenças, porém sem completa abrangência territorial. A comunicação social ocorre de forma esporádica e as informações disponibilizadas não são regularmente atualizadas.	3. Há ações e projetos de educação em saúde animal? E de comunicação social? (saúde animal, bem-estar animal e saúde pública) com planejamento anual?
	4	O SV dispõe de um setor responsável e confecciona materiais sobre educação em saúde animal e comunicação social ofertados com regularidade. São executados projetos e ações de educação em saúde animal e comunicação social, inseridos em um planejamento anual. O SV fornece informações atualizadas, acessíveis via internet e outros canais apropriados.	4. As ações e projetos estão alinhados com as orientações do MAPA (Plano de comunicação do PNEFA, Livros “diálogos para prevenção de PSA e IA”).
	5	O SV dispõe de um setor responsável, realiza capacitações e confecciona materiais sobre educação em saúde animal e comunicação social atualizados e oferecidos com regularidade. São executados projetos de educação em saúde animal e comunicação social inseridos em um planejamento anual. O SV fornece informações atualizadas, acessíveis via internet e outros canais apropriados. O SV avalia e revisa regularmente seus projetos e seu planejamento de educação em saúde animal e comunicação social com retroalimentação do público envolvido para reorientar suas ações.	5. Existem metas para ações realizadas nas unidades descentralizadas? Como é feito o acompanhamento do seu cumprimento? Qual a abrangência dentro do estado? 6. Fornece informações atualizadas via internet, websites, redes sociais e outros canais (campanhas publicitárias, fóruns, seminários)? A UC disponibiliza apresentações padronizadas para uso das UVLs? 7. Como o SV avalia e revisa os projetos executados? Os resultados das ações educativas/comunicação são utilizados para reorientar os projetos

3.1. Interação com a comunidade	Níveis de avanço	Fontes de verificação
3.1.2. Participação da comunidade e consulta às partes interessadas	1 O SV não interage com a comunidade, organizações do setor agroprodutivo e outras instituições relacionadas com saúde animal. Não há mecanismos de consulta às partes interessadas. Não existem comitês/conselhos sobre sanidade animal ativos.	1. Há participação das partes interessadas em grupos de trabalhos ou atividades conjuntas? Ex.: <i>veterinários privados, associações de criadores/produtores, sindicatos, cooperativas agropecuárias, sociedades rurais, fundos de saúde animal, federações de agricultura, câmaras técnicas de cadeias produtivas, CRMV, universidades, empresas de pesquisa, órgãos de extensão rural, órgãos do meio ambiente, participação e representação em fóruns nacionais e internacionais (ENDESA, FONESA, COSALFA países fronteiriços.</i>
Capacidade do SV de consultar efetivamente as partes interessadas em relação às atividades e programas, ao desenvolvimento e evolução dos temas de saúde animal e segurança alimentar	2 O SV interage de forma esporádica e informal com a comunidade, organizações do setor agroprodutivo e outras instituições relacionadas com saúde animal. Não há mecanismos de consulta às partes interessadas. Não existem comitês/conselhos sobre sanidade animal ativos.	
	3 O SV interage com a comunidade, organizações do setor agroprodutivo e outras instituições relacionadas com saúde animal. O SV consulta as partes interessadas, eventualmente, sobre estratégias dos programas sanitários ou legislações estaduais. Há comitês/conselhos ativos para alguns programas/cadeias produtivas.	2. O SV possui mecanismos de consulta às partes interessadas sobre estratégias em saúde animal ou legislações estaduais? Como são colhidas e tratadas as propostas e opiniões do setor privado? Há algum exemplo de proposta considerada? Há exemplos de atos normativos elaborados sob consulta pública ou com a participação do setor privado? Ocorre participação do SV em audiências públicas em todos os níveis (federal, estadual, municipal)?
	4 O SV interage regularmente com a comunidade, organizações do setor agroprodutivo e outras instituições relacionadas com saúde animal. O SV consulta regularmente as partes interessadas sobre estratégias dos programas sanitários e legislações estaduais. Há comitês/conselhos ativos para a maioria dos programas/cadeias produtivas.	3. Existem comitês ou conselhos ativos? Ex.: conselhos de saúde animal, agropecuária ou sanidade agropecuária, comitês relacionados aos programas de saúde animal: sanidade avícola (COESA), sanidade de suínos (COESUI), AIE/PNSE (CECAIE), comitê estadual de sanidade de animais aquáticos e outros.
	5 O SV interage regularmente e de forma planejada com a comunidade, organizações do setor agroprodutivo e outras instituições relacionadas com saúde animal. O SV consulta regularmente as partes interessadas sobre estratégias dos programas sanitários e legislações estaduais. Submete as legislações estaduais à consulta pública. Há comitês/conselhos ativos para a maioria dos programas/cadeias produtivas no nível central e local.	3.1. Em caso positivo, verificar a frequência de reuniões e se há participação efetiva de membros do SVO (SVE e SFA). Verificar convocações, pautas, atas de reuniões ou listas de presença.

3.2. Interação com os médicos veterinários	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	1 O SV não concede ou não participa da concessão ao setor privado de habilitação / cadastramento / delegação para realizar tarefas oficiais.	
3.2.1. Habilitação e cadastramento dos médicos veterinários	2 O SV concede ou participa da concessão ao setor privado de habilitação / cadastramento / delegação, mas não exerce nenhum controle sobre as atividades delegadas.	1. O SV concede ou participa da concessão de habilitação / cadastramento / delegação de atividades? 2. O SV tem regulação própria para conceder habilitação / cadastramento / delegação e respectivas revogações? Há previsão legal para penalização? Estão alinhadas às diretrizes do MAPA?
	3 O SV tem regulamentação própria para algumas das atividades delegadas e adota procedimentos para conceder ao setor privado habilitação / cadastramento / delegação, monitora de forma regular, fiscaliza e adota medidas corretivas/punitivas esporadicamente.	3. Para quais atividades? (Pré-auditoria) 4. A relação de profissionais habilitados e cadastrados está disponível a todas as unidades do SV e ao público externo?
Autoridade e capacidade do SV em habilitar/autorizar/delegar ao setor privado tarefas oficiais em seu nome	4 O SV tem regulamentação própria para a maioria das atividades delegadas e adota procedimentos para conceder ao setor privado habilitação / cadastramento / delegação, monitora e fiscaliza de forma regular e adota medidas corretivas/punitivas. Os profissionais participam do sistema de notificação com regularidade.	5. O SV monitora, fiscaliza e adota medidas corretivas/punitivas? Existe interação entre SV e CRMV para apuração dos desvios de conduta? Existem metas? 6. Existem ações direcionadas e planejadas do SV com os MVs habilitados/cadastrados/credenciados para aprimoramento das ações delegadas? (aprimoramento da interface e fortalecimento das ações de vigilância)
	5 O SV tem regulamentação própria para todas as atividades delegadas e adota procedimentos para conceder ao setor privado habilitação / cadastramento / delegação, monitora e fiscaliza de forma regular e adota medidas corretivas/punitivas. Os profissionais participam do sistema de notificação com regularidade. Há um planejamento para aprimoramento da interface e fortalecimento das ações de vigilância.	7. Os profissionais realizam notificações de enfermidades? Existe regularidade? De que forma é feita? OBS: Atividades delegáveis : emissão de GTA (terrestres e aquáticos), MVs habilitados e cadastrados para PNCEBT e PNSE, MVs credenciados para CIS-E. MVs habilitados para programas de animais aquáticos (IN 26/2014).

3.3. Interação com instituições	Níveis de avanço	Fontes de verificação
3.3.1. Sistema de inspeção (seguridade alimentar)	1 Não há fluxo de informações entre inspeção e o SV. Há interação pontual e esporádica com algum dos serviços de inspeção (federal, estadual ou municipal).	1. Quantos estabelecimentos (matadouros, laticínios e entrepostos de pescados) estão registrados nos serviços de Inspeção Sanitária (SIM, SIE e SIF) com acompanhamento de médico veterinário oficial? (Pré-auditoria) 2. A emissão de GTAs para abate nesses estabelecimentos está vinculada ao registro nos respectivos serviços de inspeção? Há fiscalizações e checagens de dados para coibir abates sem GTAs?
	2 Há fluxo esporádico de informações entre o SV e algum dos serviços de inspeção e não há direcionamento das ações de vigilância. Algumas das ações de competência dos serviços de inspeção previstas nos programas de saúde animal estão implantadas em algum dos níveis de inspeção.	
Capacidade do SV de interagir com o serviço de inspeção de produtos de origem animal de modo a gerar resultados concretos e efetivos que tragam impacto positivo para o desempenho de suas próprias funções, especialmente de vigilância e controle de doenças em animais, garantia da saúde pública e proteção aos consumidores de alimentos de origem animal	3 Há fluxo regular de informações entre o SV e algum dos serviços de inspeção que direcionam algumas ações de vigilância. A maioria das ações de competência dos serviços de inspeção previstas nos programas de saúde animal estão implantadas em algum dos níveis de inspeção.	3. Há registros de notificação imediata pelos serviços de inspeção de suspeitas de doenças das síndromes vesicular, nervosa, hemorrágica dos suínos ou respiratória e neurológica das aves? Avaliar registros dos últimos 3 anos? Ver item 2.3.8. 4. Existe fluxo de informações com procedimentos padronizados sobre achados de inspeção (SIF, SIE, SIM) para a área de saúde animal? Há comunicação sobre ocorrência de doenças para a inspeção? Há registros? 5. O SV utiliza informações da inspeção para o direcionamento das ações de vigilância? (Ex. notificação de lesões compatíveis com tuberculose, lotes de aves com alta mortalidade, etc) 6. O SV possui conhecimento sobre a remoção de MRE nos Serviços de Inspeção? 7. O estado aderiu ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA ? (incluir nº e classificação de estabelecimentos registrados e integrantes do SISBI-POA disponível em página do Mapa) (Pré-auditoria)
	4 Há fluxo sistematizado de informações entre o SV e pelo menos os serviços de inspeção estadual e federal que direcionam regularmente as ações de vigilância. As ações de competência dos serviços de inspeção previstas nos programas de saúde animal estão implantadas nos níveis estadual e federal.	
	5 Há fluxo de informações sistematizado entre o SV e os serviços de inspeção federal, estadual e municipal que direcionam regularmente as ações de vigilância. As ações de competência dos serviços de inspeção previstas nos programas de saúde animal estão implantadas nos níveis municipal, estadual e federal.	

3.3. Interação com instituições	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	1 Não há interação entre SUS e SV.	
3.3.2. Sistema Único de Saúde (zoonoses, vigilância sanitária)	2 Há troca de informações de forma esporádica entre o SV e SUS. Reuniões, ações conjuntas e outras formas de interação são raras ou inexistentes.	1. Existe fluxo de informações entre SV e o SUS (secretarias municipais e estadual de saúde)? Existe um procedimento estabelecido para ambos os fluxos? Há registros? (Ex. mormo, raiva, influenza aviária e suína, febre do nilo ocidental, tuberculose, brucelose, varíola etc.)
	3 Há troca regular de informações entre SV e SUS por meio de fluxo estabelecido para alguns temas. O SV participa de reuniões, ações conjuntas e outras formas de interação eventualmente.	2. Ocorre notificação imediata pelos serviços de saúde de suspeita ou ocorrência de doenças ou eventos de interesse do SV? Há algum registro de que isso tenha ocorrido?
Capacidade do SV de interagir com Unidades do Sistema de Saúde	4 Há troca regular de informações entre SV e SUS por meio de fluxo estabelecido para diversos temas. O SV participa de reuniões, ações conjuntas e outras formas de interação regularmente.	3. Ocorrem reuniões e ações conjuntas com o SUS (p. ex CIEVS - Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde) em nível estadual/municipal? Quais assuntos são abordados? Existe planejamento?
	5 Há troca regular de informações entre SV e SUS por meio de fluxo estabelecido para diversos temas. O SV participa de reuniões e ações conjuntas e outras formas de interação sistematicamente. O SV e as secretarias municipais/estadual de saúde participam de conselhos que tratam de temas em comum. Há planejamento de ações conjuntas.	4. O SV utiliza as informações do SUS, como por exemplo fiscalização no varejo, produtos clandestinos, notificação de zoonoses e outros), para o direcionamento das ações de vigilância?

4. Certificação sanitária	Níveis de avanço	Fontes de verificação
	<p>1 O SV não possui estrutura, procedimentos e controles que forneçam garantias para certificação sanitária de animais, produtos e subprodutos de origem animal.</p>	<p>1. Para introdução do texto do item, informar o status sanitário da UF para FA, PSC e classificação para o PNCEBT (IN 10, 03-03-2017). O que o estado tem feito para avançar nos status sanitários?</p>
<p>4.1. Capacidade de certificação</p>	<p>2 O SV possui estrutura, procedimentos e controles com deficiências que comprometem o fornecimento de garantias para certificação sanitária de animais, produtos e subprodutos de origem animal.</p>	<p>2. A UF exporta mercadorias (animais, material genético, produtos e subprodutos de origem animal)? Quais? E para quais mercados? (Pré-auditoria)</p> <p>3. O SV dispõe de ferramentas e controles adequados para as garantias necessárias ao cumprimento de requisitos sanitários ?</p>
<p>Capacidade do SV de dar como certo o conteúdo de termos e certificados por ele emitidos, de modo a subsidiar a certificação oficial que garante acesso das mercadorias produzidas na UF aos mercados interno e externos</p>	<p>3 O SV possui estrutura, procedimentos e controles com deficiências menores que não comprometem o fornecimento de garantias para certificação sanitária de animais, produtos e subprodutos de origem animal.</p>	<p>OBS: <u>A pergunta acima pode ser considerada com relação a alguns dos requisitos de mercados importadores:</u></p> <p>3.1. União Europeia: mais de 40 dias na última propriedade ERAS e mais de 90 dias na área habilitada, propriedades na lista oficial para exportação para UE (bov), Inclusão sigla PNCR ou bloqueio GTA em violações do PNCR.</p> <p>3.2. Chile : animais provêm de área habilitada ou permaneceram por pelo menos 90 dias na área habilitada (bov);</p> <p>3.3. Rússia criados sem utilização de ractopamina (sui)</p> <p>3.4. União Econômica Euroasiática – UEE (Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia): - propriedades sem ocorrência de tuberculose e brucelose durante os últimos 6 meses (bov)</p> <p>4. O SVE fiscaliza adequadamente outros atores envolvidos na certificação ? (veterinários habilitados, RTs, certificadores, etc.)</p>
	<p>4 O SV possui estrutura, procedimentos e controles que permitem o fornecimento de garantias para certificação sanitária de algumas mercadorias (animais, produtos e subprodutos de origem animal) e para atendimento a exigências adicionais de determinados mercados importadores .</p>	
	<p>5 O SV possui estrutura, procedimentos e controles que permitem o fornecimento de garantias para certificação sanitária de ampla lista de mercadorias (animais, produtos e subprodutos de origem animal) e para atendimento a exigências adicionais de determinados mercados importadores.</p>	